



10
años
G.E.Co.R.P.A.

Pedra & Cal

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

*Revue de la Conservation du Patrimoine Architectural
et de la Réhabilitation du Construit*

Ano IX - N.º 36 Outubro/Novembro/Dezembro 2007 - Publicação trimestral - Preço € 4,18 (IVA incluído)

Património arquitectónico português em Marrocos

*Patrimoine architectural
portugais au Maroc*





1

monumenta
Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Lançando mão dos recursos que possui e tirando partido da experiência acumulada e das iniciativas de desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico que promove internamente, a Monumenta encontra-se apta a aplicar soluções técnicas pouco intrusivas, como:

- Consolidação de alvenarias antigas por injeção de caldas de diversa natureza;
- Execução de tirantes e pregagens para reforço estrutural;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

- 1 - Consolidação de alvenarias antigas
- 2, 3 - Rebocos e refechamento de juntas em alvenarias antigas (antes e depois)
- 4 - Reparação localizada de elementos de cantaria
- 5 - Reparação selectiva de estruturas de madeira (colocação de próteses)

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 36 - Outubro / Novembro / Dezembro 2007

Propriedade e edição:

GECoRPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa
Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>
E-mail: info@gecorpa.pt

NIPC: 503 980 820

Director: Vitor Córias

Coordenação: Joana Gil Morão

Conselho redactorial: João Appleton,
João Mascarenhas Mateus, José Aguiar,
Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

A. Jaime Martins, Aboulkacem Chebri,
Amélia Dionísio, António Dias Farinha,
António Pereira Coutinho, Cláudio Torres,
Francisco de Sousa Lobo, Jorge Correia,
Khalid El Harrouni, Krista de Jonge,
Luís Pais Bernardo, Luís Pedro Mateus,
Nuno Teotónio Pereira, Rafael Moreira,
Regis de Souza Barbosa, Soraya Genin,
Tiago Ribeiro, Vitor Córias

Design gráfico e produção:

Canto Redondo - Edição e Produção, Lda.
Calçadinha de Santo Estêvão, 7 - 3.º
1100 - 502 Lisboa

E-mail: canto.redondo@gmail.com

Publicidade:

GECoRPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050-170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996
<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Gráfica Europam, Lda.
Rua Francisco Lyon de Castro, 2

2725 - 397 Mem Martins

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ERC: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECoRPA.

Capa



Porta do Mar
(Ruínas da Couraça de Alcácer Ceguer - Ksar Seghir), Aguarela de Christine De Roo

Tema de Capa:

Património arquitectónico português em Marrocos
Patrimoine architectural portugais au Maroc

EDITORIAL

2

PROJECTOS & ESTALEIROS

32

Igreja da Sr.ª do Carmo
Estudo para definição
da metodologia de intervenção
(Tiago Ribeiro)

QUADRO DE HONRA

3

EM ANÁLISE

4

História Luso-Marroquina
(António Dias Farinha)

7

Le patrimoine architectural
luso-marocain
Une culture partagée
(Aboulkacem Chebri)

URBANISMO EM ANÁLISE

12

Heranças urbanas portuguesas
em Marrocos
(Jorge Correia)

ESTUDO DE CASO

16

L'architecture fortifiée
portugaise au Maroc
Cas de la cité portugaise sur
le site de Mazagan, El Jadida
(Khalid El Harrouni)

19

Antiga Mazagão,
El Jadida (a Nova)
(Soraya Genin, Krista de Jonge, Rafael Moreira)

22

A fortificação de Alcácer Ceguer
(Francisco de Sousa Lobo)

NOTAS HISTÓRICAS

26

Os dois lados do Estreito
(Cláudio Torres)

PROJECTOS & ESTALEIROS

30

A gaiola pombalina
A viabilidade na recuperação estrutural
(Luís Pedro Mateus)

A tradução portuguesa dos artigos em língua francesa está disponível em www.gecorpa.pt.

FEDER

Com o apoio:



prime
Programa de Incentivos à Modernização da Economia



Na última edição da *Pedra & Cal*, o n.º 35, não foi fornecida qualquer informação sobre a imagem da capa, mostrando uma fachada rebocada, com diversas anomalias. Segundo nos foi possível apurar, o edifício representado na imagem é a Capela do Mirante da antiga cerca do Colégio de Santo Agostinho, construída no século XVIII, na zona da actual rua Padre António Vieira, em Coimbra.

Património de origem portuguesa em Marrocos

LE PATRIMOINE D'ORIGINE PORTUGAISE AU MAROC

Há uma ligação multissecular entre a história de Portugal e a de Marrocos. O arco de tempo por ela abrangido nasce no século VIII, quando a Berberia funciona como base para as sucessivas vagas da conquista islâmica da Península Ibérica. A ponta de lança é constituída pelas tribos Omíadas, mas são os Abássidas que acabam por dominar as comunidades paleocristãs e transformar grande parte da Ibéria num califado, sediado em Córdova. A partir do século IX inicia-se a reconquista do território peninsular pelos cristãos, mas duas novas vagas de tribos berberes, primeiro os Almorávidas, depois os Almôadas, contrariam o avanço cristão e reconquistam território. Em 1147, num derradeiro refluxo cristão, Lisboa é retomada. No entanto, é preciso esperar mais um século, até que o domínio da coroa cristã de Portugal se consolide, finalmente, no Algarve.

Por esta altura a presença berbere na península já se resstringe ao reino de Granada, onde é construído o palácio de Alhambra, talvez o símbolo por excelência da presença muçulmana na Ibéria – a qual, no entanto, perdura até ao fim do século XV, ou seja durante mais dois séculos.

As investidas portuguesas no território que constitui hoje o Reino de Marrocos iniciam-se em 1415, ano da tomada de Ceuta, a primeira testa de ponte, e prolongam-se ininterruptamente durante quase quatro séculos, até 1769, ano da retirada de Mazagão, actual El Jadida.

Dos nove séculos de existência de Portugal como nação e estado, seis foram, assim, vividos em intercâmbio belicista com os povos do Magrebe Ocidental. Dessa “convivência” sobram, para os tempos de hoje, uma grande afinidade cultural e as marcas indeléveis de um notável património arquitectónico, de um lado e de outro do oceano. Do lado marroquino, os testemunhos físicos da presença portuguesa assumem a forma de majestosas construções defensivas, localizadas ao longo da costa Norte e Oeste. É a essas construções, hoje veneradas por portugueses e marroquinos, que é dedicado o presente número da *Pedra & Cal*, fruto de uma estreita colaboração com o Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos, de Rabat, e dos contributos de especialistas de um e de outro país.

Não deixa de ser curioso que o que foi construído no passado sob o signo da guerra entre religiões seja hoje traço de união entre culturas. Curioso, mas também saudável e reconfortante: numa época ensombrada pelo recrudescimento de uma nova forma de fascismo religioso, tal facto é um bom motivo para termos esperança de que a liberdade, a tolerância e a solidariedade prevalecerão.

Il existe un lien multiséculaire entre l'histoire du Portugal et celle du Maroc. La période couverte par ce lien débute au VIII^e siècle, lorsque la Berbérie sert de base aux vagues successives de la conquête islamique vers la Péninsule ibérique. Le fer de lance est constitué par les tribus Omniades, mais ce sont les Abbassides qui finalement dominent les communautés paléochrétaines et transforment une grande partie de l'Ibérie en Califat, dont le siège est à Cordoue. La reconquête du territoire péninsulaire par les chrétiens débute au IX^e siècle, mais deux nouvelles vagues de tribus berbères, d'abord les Almoravides, puis les Almohades, contrent l'avancée chrétienne et reconquièrent le territoire. En 1147, lors d'un dernier reflux chrétien, Lisbonne est reprise. Il faudra alors attendre un siècle de plus pour que la domination de la couronne chrétienne du Portugal se consolide finalement en Algarve.

À l'époque, la présence berbère dans la Péninsule se limite déjà au règne de Grenade, où est construit le palais de l'Alhambra et qui est peut-être le symbole par excellence de la présence de musulmane en Ibérie.

Les assauts portugais contre le territoire qui forme aujourd'hui le Royaume du Maroc débutent en 1415, année de la prise de Septa, la première tête de pont, et se prolongent sans interruption durant presque quatre siècles, jusqu'en 1769, année du retrait de Mazagan.

Sur les neuf siècles de l'existence du Portugal en tant que nation et état, six furent donc vécus en interaction belliciste avec les peuples du Maghreb occidental. Cette "fréquentation" nous a laissé pour héritage une grande affinité culturelle et les marques indélébiles d'un patrimoine architeconique notoire, d'un côté comme de l'autre de l'océan. Du côté marocain, les témoins physiques de la présence portugaise prennent la forme de majestueuses constructions défensives, situées au long des côtes Nord et Ouest. C'est à ces constructions, aujourd'hui honorées par les Portugais et les Marocains, qu'est dédié ce numéro de "Pedra & Cal", qui est le fruit d'une étroite collaboration avec l'Institut des Études Hispano-Lusophones de Rabat et des contributions de spécialistes des deux pays.

Il est curieux de constater que ce qui fut jadis construit sous le signe de la guerre entre les religions est aujourd'hui un trait d'union entre les cultures. Curieux, mais aussi sain et rassurant: à une époque assombrie par la recrudescence d'une nouvelle forme de fascism religieux, ceci est une bonne raison d'espérer que la liberté, la tolérance et la solidarité prévaudront.

Vítor Coias



Quadro de Honra

Pedra & Cal



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

LNRIBEIRO
CONSTRUÇÕES Lda



Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.



Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECoRPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista *Pedra & Cal*.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECoRPA

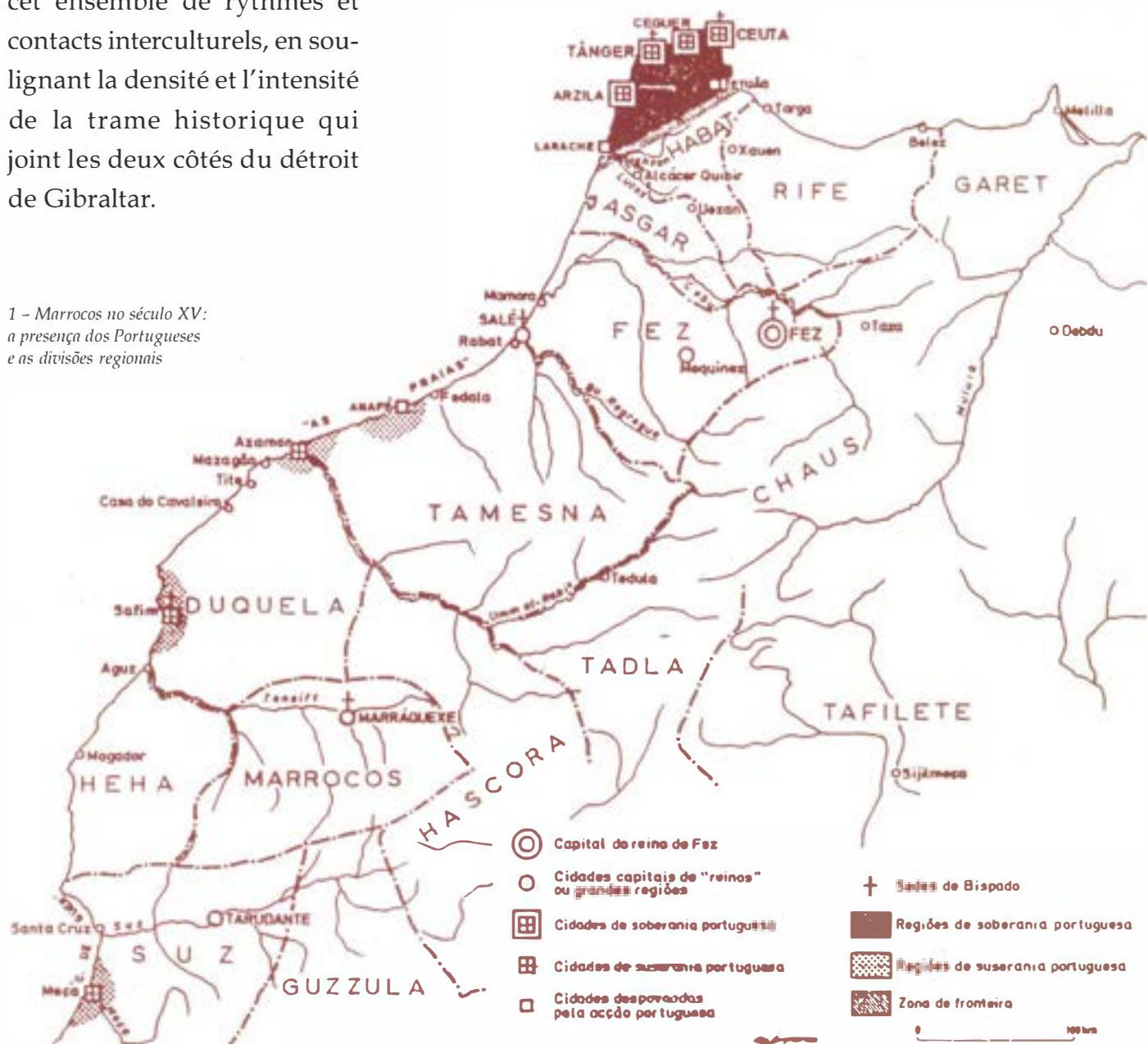
História Luso-Marroquina

Avec de multiples acteurs et de scènes d'action, l'histoire luso-marocaine est une tessiture de dynamiques géopolitiques, culturelles et sociales. António Dias Farinha dévoile cet ensemble de rythmes et contacts interculturels, en soulignant la densité et l'intensité de la trame historique qui joint les deux côtés du détroit de Gibraltar.

Os dois territórios no extremo ocidental da Europa e da África – Portugal e Marrocos – têm uma História com muitos pontos de contacto, afinidades estreitas e um rico património que ostenta as marcas das relações que fecundaram a vida dos dois povos. Impõe-se ter presente que a civilização Árabe-Muçulmana predominou

na Península Ibérica de *circa* 711 a 1492, sendo que o domínio político em Portugal se extinguiu em 1250, embora a herança cultural perdurasse tal como a presença de inúmeros “mouros” que desempenhavam os mais diversos misteres e que granjearam a fama de bons artífices e estrénuos trabalhadores.

1 - Marrocos no século XV:
a presença dos Portugueses
e as divisões regionais



Os Portugueses iniciaram a empresa marroquina em 1415, alargaram a sua acção no século XVI e permaneceram no país até ao abandono de Mazagão em 1769. Durante esse longo período, construíram um imponente conjunto de fortificações, uma densa malha urbana, ensaiaram e desenvolveram redutos defensivos, como os rebelins, as couraças e os molhes e inovaram na capacidade de planear a arquitectura e de edificar em prazos muito limitados. Por tudo isto, ganharam a fama de grandes construtores e ainda hoje em Marrocos, mesmo no interior do país onde não chegaram, os naturais afirmam com convicção perante qualquer obra antiga de dimensão notável, que foram os portugueses a edificá-la. Igualmente, em muitos lugares de Portugal considera-se que os velhos monumentos foram obra do tempo dos mouros. Nestes casos, a sabedoria do povo guarda incólume a memória dos grandes momentos da História e traduz de forma expressiva aquilo que no passado mais o impressionou.

A instalação da civilização Árabe no al-Ândalus (termo que indica a parte do território ibérico submetido ao Islão) foi o resultado de um longo período expansionista, após a Revelação islâmica pelo profeta Maomé. Impõe-se recordar que no início dessa Expansão não houve uma verdadeira confrontação dos credos cristão e muçulmano e muitos não convertidos ao Islão participaram nas iniciativas políticas e militares dos Árabes. Por razões parcialmente fortuitas, o califado omíada manteve-se no al-Ândalus até ao século X (tendo sido banido pela dinastia abáida no Oriente em 750) e neste território acolheu os crentes de diversas religiões e apoiou o desenvolvimento de uma civilização de compromisso entre as suas diferentes componentes culturais e inovadora pelas soluções estéticas e funcionais que assumiu. O paradigma civilizacional e o mode-



2 - Mértola, na margem direita do Guadiana, conserva um património importante da época árabe-muçulmana

lo cultural do brilhante período do al-Ândalus perdurou após a reconquista cristã e as suas marcas revelam-se profusamente na arquitectura e na decoração mudéjar, pujante em Portugal, nas soluções técnicas inventadas ou adoptadas pelos Árabes, tais como a cúpula rebaixada, a construção em taipa, o arco em ferradura, as torres albarrás e, sobretudo, a decoração geométrica de fino recorte, tantas vezes incrustada ou inscrita nos muros a sugerir caprichosas formas caligráficas e florais alegóricas à raiz linguística do Livro revelado.

A reconquista do território do al-Ândalus insere-se na lógica expansionista cristã que despertara perante a nova arremetida muçulmana provocada pela conversão em massa dos turcos seldjúcidas no século XI e dos otomanos dois séculos mais tarde. A reacção cristã foi assumida pelo Papado e mantida pelas Ordens militares e mendicantes e contrariada pela resposta muçulmana dos ulemas, tal como a de Ibn Taimiyya e das confrarias, particularmente activas em Marrocos.

A expansão cristã para outros continentes foi iniciada no século XV com a conquista de Ceuta em 1415. Para

esta efeméride contribuíram diversos factores, entre os quais a lógica da afirmação dos estados nacionais na Europa e, em particular, na busca, por Portugal, de âncoras ou amarras seguras em pontos estratégicos que equilibrassem as forças existentes na Península Ibérica entre os reinos de Castela e o de Portugal. A atracção existente pelos portos magrebinos exportadores do ouro do Sudão Ocidental (hipótese sugerida por Jaime Cortesão), por outras riquezas do solo africano e, ainda, pela vontade de controlar o comércio do eixo entre o Mediterrâneo e o Atlântico, levou os portugueses a estabeleceram-se solidamente em Ceuta, a fortificar a cidade e a abrigar os navios em molhes protegidos por couraças dos lados norte e sul do estreito istmo que separa a zona do monte Acho do território africano. O sucesso da conquista e da manutenção de Ceuta foi decisivo para Portugal no início do século XV. A cidade situava-se no centro das rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, era o terminal das vias terrestres para o interior de Marrocos e trans-saarianas. Era igualmente o ponto de mais fácil ligação do Magrebe com a



3 - As muralhas de Paderne (no Algarve português) são exemplo do modo de construção árabe no oeste da Península e de Marrocos



4 - As muralhas de Arzila, no noroeste de Marrocos, atestam a solidez de construção portuguesa



5 - A cidade de Azamor, conquistada em 1513 por D. Jaime, Duque de Bragança, tornou-se uma das cidades mais importantes no tempo dos Portugueses

Península Ibérica e, antes da conquista portuguesa, assegurava a ligação entre os reinos Naserida de Granada e Merínida que tinha a capital em Fez. Ceuta recuperou, em breve, a sede episcopal que já detivera antes da anexação muçulmana e passava a ser o único núcleo cristão africano organizado que reconhecia a autoridade do Papa. Tinha, assim, uma enorme força simbólica para a Cristandade militante.

A presença na cidade africana, rodeada de inimigos, obrigou a Coroa portuguesa a um grande esforço para manter uma força marítima que protegesse a cidade e assegurasse o envio de reforços em caso de cerco e de abastecimento de víveres e de armas. A constante presença de

navios lusitanos nas áreas adjacentes a Ceuta, e entre aquela cidade e as longas viagens para o Reino, levou ao descobrimento ou à frequência de rotas para os arquipélagos atlânticos da Madeira, Canárias, Açores e Cabo Verde. Foi feito um grande esforço de reconhecimento da costa africana para encontrar possíveis aliados e para cercar o reino de Fez, o qual veio a traduzir-se na progressão de viagens além dos cabos Não e Bojador. A expedição a Tânger de 1437, a conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e as sucessivas tentativas para entrar naquela cidade, nomeadamente em 1463-1464, foram coroadas de êxito quando, após a incorporação de Arzila e Tânger, em 1471, o monarca D. Afonso V se pôde intitular "Rei

de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África". Esse domínio foi reconhecido pelo rei de Fez e, apesar da presença contestada pelas populações locais, o soberano português detinha prerrogativas importantes como a de conceder terras, casas e vários direitos nas zonas de influência tradicional (termos) das quatro povoações então ocupadas. D. Manuel acrescentou várias cidades no centro e no sul de Marrocos, nomeadamente Safim, Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), Azamor e Mazagão às possessões lusitanas. Foi possível negociar várias alianças com senhores locais e com o sultão ootácidio de Fez que permitiram a existência de zonas de mouros de paz mais ou menos extensas nos arredores das praças.

A assunção do poder pelos xarifes (termo que designa as pessoas consideradas descendentes do profeta Maomé) do Suz, criando uma nova dinastia - a dos sádidas - levantou vários problemas à presença dos portugueses no sul do Magrebe. Estes acabaram vencidos em Agadir (1451), pelo que progressivamente abandonaram Marrocos. Persistiram relações diplomáticas e económicas ocasionais com vantagens recíprocas. No entanto, uma querela dinástica na dinastia xarifina sádida em que o soberano Mulei al-Mutuwakkil foi destronado pelo tio Mulei Maluco ocasionou a ligação de D. Sebastião à causa do destronado e ao desastre de Alcácer Quibir (1578). Desde esse infarto acontecimento, foram sendo cedidas ou abandonadas as últimas praças portuguesas em Marrocos. Espanha procurou assumir essa presença em Ceuta, Melilla, Larache e Mamora, que perdura nas duas primeiras cidades até aos nossos dias. ☀

ANTÓNIO DIAS FARINHA,
Professor da Faculdade
de Letras de Lisboa

Le patrimoine architectural luso-marocain

Une culture partagée

INTRODUCTION

Dans des conjonctures socio-économiques du XVème siècle, le Portugal et les Etats renaissants d'Europe étaient amenés à sortir de chez eux pour mieux respirer sous d'autres cieux. C'était plus "des prospections géographiques et économiques" que des «découvertes géographiques».

Après les premiers conflits à propos des Canaries et Madère entre Anglais, Français, Castillans, Italiens et Portugais, le Portugal prend Sebta (Ceuta) au Maroc en 1415 et atteint Cap Bojador en 1434. Entre cette année et 1507, le Portugal investit les côtes africaines Ouest et Est et prend plusieurs comptoirs et pays (Cap Vert, la Guinée, la Gambie, le banc d'Arguin, le Cameroun, St Georges d'El Mina (Ghana), le Congo, Angola, Cap des Tempêtes (Cap de Bonne Espérance), Mombasa, Sofala, Mozambique).

En 1498, Vasco da Gama est aux Indes, à Calicutt d'où l'on prendra le Golfe d'Ormoz, Goa, Malacca, Macao, Sumatra, et autres comptoirs dans toute l'Asie. Sur l'autre côté du globe, la prise du Brésil et la création d'un Etat constituent un tournant dans l'histoire de l'Empire Portugais.

Le Portugal avait à combattre contre tribus et pouvoirs locaux et à contre-carrer les percées de la Castille. L'on faisait souvent appel à Sa Sainteté le Pape de Rome pour trancher sur la question des conquêtes faites ou à faire par l'une ou l'autre partie. Pour le Continent d'Afrique, les deux pays sont passés par plusieurs traités dont on peut citer ceux de Tolède (en 1480), de Tordesillas (1494) et de Sintra (1509).

Como lugares de memória, as praças-forte são essenciais à manutenção da herança partilhada entre Portugal e Marrocos. Com grande amplitude cronológica e disciplinar, a história patrimonial é abordada, por Aboulkacem Chebri, de modo a relevar o valor inestimável do património luso-marroquino, ideia essencial à defesa da interculturalidade preconizada pelo autor.



Fig. 1 - Mazagan. Bastion de l'Ange et remparts nés dans l'Océan

Occupation portugaise au Maroc

En cette ère on assistait à un monde musulman en décadence et une Europe renaissante. La science l'emporte sur la stérilité, l'artillerie abat la catapulte et le fusil, la caravelle assomme la caravane. Sijilmassa, Tumbuctu, Agadez, maîtres du commerce transsaharien, sombrent dans la pénurie et la pauvreté. Le Maroc devenait prenable malgré les résistances.

Le Portugal entame sa première vraie sortie expansionniste dans le monde

par l'occupation de Sebta et ce le 21 Août 1415, «après une lutte sanglante»⁽¹⁾. Ceuta constituait l'arrière base de secours pour le Royaume de Grenade d'une Andalousie en déperdition face à la Reconquista et à une Castille en décollage. Ceuta était – avec Qsar Seghir – les narines par lesquelles respirait le Maroc fragilisé alors par les guerres intestines de la faible dynastie des Mérinides. L'an 1434 le Portugal investit et double Boujdour (Cap Bojador) dans le Sahara marocain, prend Qsar Seghir

le 23 Octobre 1458. En Août 1471, Afonso V entre triomphalement à Asilah (Arzila) et Tanger. Non loin de Larache, imprenable, on entame en 1489 la construction d'une forteresse, Graciosa, mais My Cheikh chasse les hommes du Roi João II. Contrairement à l'idée d'une tempête inattendue, les hommes de Jorge de Mello accostent volontiers en 1502 à Al-Brija émerveillés par le bon mouillage de Mazaghan ou Mazighan (Mazagão en Portugais, Mazagan en Français). On y construit une Citadelle, chef-d'œuvre des architectes De Arruda, Francisco et Diogo. Après la libération en



Fig. 2 - Qsar Seghir. Vestiges portugais sur Qsar Al-Majaz

1541-1542 de Santa Cruz, Safi et Azemmour, la citadelle est transformée en forteresse imposante sur plan de l'Italien Benedetto di Ravenna, en temps de l'illustre Governador Luis de Loureiro.

Entre 1505 et 1513 Manuel I encercle le Maroc de toute part. Le comptoir portugais de Massa de 1497⁽²⁾ dans le Sous devient en 1505 Santa Cruz de Cap de Guir (Agadir), forteresse de Joao Lopes de Sequeira «achetée» en 1513 par le Roi Manuel I qui pouvait officiellement se réclamer de ses places fortes conquises ou à conquérir au Maroc après le Traité de Sintra. Diogo de Azambuja élève le Castelo

Real de Mogador (1506) sur les vestiges duquel édifiera plus de deux siècles plus tard Sidi Mohamed ben Abdallah (1757-1790) l'actuelle Essaouira.

Puis en 1507 et 1508 on prend Agouz et Safi (Safim/Çafim). Les Portugais avaient construit à Mazagan une Citadelle (Cisterna) unique dans le monde lusitanien, ils ont doté Safi d'un Castelo do Mar et d'une Cathédrale qui n'ont pas de rival. Le 03 Septembre 1513, Dom Jaime, Duc de Bragance, prend d'assaut Azemmour (Azamor). La suzeraineté portugaise a parfois précédé l'occupation et c'était la singularité d'Azemmour (1486), de Safi (1488) et de Massa (1497).



Fig. 3 - Arzila. Rempart islamique réadapté par les Portugais



Fig. 4 - Azemmour. Au 2^{me} plan, tour marocaine devenue bastion portugais

Une évacuation en nostalgie

A une occupation suit une évacuation. Les dernières villes occupées seront les premières à être libérées, conjuguant escarmouches des tribus et force du pouvoir Saadien et Alaouite. Avant 1516, on libère Mogador. Agouz est abandonné en 1523; en 1541 les sujets de João III sont contraints de quitter Agadir, Safi et Azemmour puis Qsar Seguir en 1549-1550. Les Portugais sortent d'Arzila en 1549-50, la reprennent puis y sortent vers 1589 après leur défaite à la Bataille de l'Oued Al-Makhazine (Bataille des Trois Rois) du 4 Août 1578. Mazagão, fut libérée le 11 Mars 1769 grâce à l'illustre Sultan Alaouite Sidi Mohamed ben Abdallah, celui qui fut, sans profit, le premier au monde à reconnaître l'Indépendance des Etats-Unis d'Amérique du temps de Georges Washington. Les Mazaganais iront au Brésil fonder Mazagão Nova en souvenir de leur perle du Maroc. Ceuta et Tanger constituent une particularité. La seconde a été donnée en 1661 en dot à la Grande Bretagne

pour un mariage princier et sera libérée vers 1684 par Moulay Ismail (celui qui avait une amitié orageuse avec Louis XIV, nous dit Younès Nekrouf). Ceuta fut gardée par la Castille (Espagne). Or, après la défaite à la Bataille des Trois Rois et «la noyade» du célébrissime Roi Dom Sebastião, le Portugal passe sous commandement de la Castille. En 1640, la Castille rend à Lisboa tout son Empire (*a Patria-Mãe e Portugal Ultramarino*) à l'exception de Ceuta la marocaine.

Le Portugal n'a pas pu digérer ce coup d'un frère. Le Maroc, pour sa part, a multiplié les sièges contre l'occupant, mais c'était toujours un échec, y compris le siège le plus dur qu'a connu Ceuta ibérisée, celui mené par Moulay Ismail.

Caractéristiques et devenir des places fortes luso-marocaines

Les places luso-marocaines se répartissent en deux blocs :

- Médinas marocaines déjà existantes prises par les Portugais (Sebta, Qsar Seghir, Tanger, Asilah, Azemmour, Safi). Ils adapteront ces villes à leurs besoins en transformant l'existant ou en lui greffant de nouveaux éléments architecturaux.
- Forteresses ex-nihilo (Santa Cruz de Cap Guir, Agouz, Mazagão, Castelo do Mar de Safi). Graciosa n'a presque pas vu le jour.

Cependant, à Mogador, Agouz et Mazagan, les Portugais avaient trouvé quelques constructions qui ne donnaient pas à ces localités la qualification véritable de ville.

Ces forteresses et châteaux sont subdivisés au moins en quatre catégories architecturales. Leurs plans et schémas, borjs et bastions, remparts et parapets sont essentiellement des éléments qui confèrent à un groupe de villes des caractéristiques particulières qui les distinguent d'une autre place forte ou d'un groupe de places.



Fig. 5 - Tanger. Muraille portugaise

Néanmoins, les places portugaises formant actuellement la carte du patrimoine maroco-lusitanien⁽³⁾ se présentent dans un assez bon état de conservation, comparées au reste du patrimoine marocain millénaire. Il est vrai cependant que certains monuments et éléments nécessiteraient une attention particulière, mais le Maroc - seul ou en partenariat avec des organismes portugais - a beaucoup fait pour la préservation et la réhabilitation de ce patrimoine.

L'on peut énumérer, rien que sur les quinze dernières années les opérations menées à Asilah, Tanger, Azemmour, Safi, Qsar Seghir, mais surtout à Mazagan⁽⁴⁾. Ces opérations ont été essentiellement financées par le Ministre de la Culture, par celui de l'Habitat ou du Tourisme, ou par les Collectivités et les Autorités locales⁽⁵⁾ et parfois par un ensemble de partenaires.

S'il est permis de se réjouir d'un partenariat local réussi, je citerai l'exemple type de Mazagan et Azemmour. Lors de la visite royale du Feu Hassan II (11-7-1994), on avait lancé la restauration des remparts d'Azemmour et de Mazagan. J'ai eu l'insigne honneur de diriger ces travaux, comme d'ailleurs ceux entrepris à Azemmour en 1998 et ceux de Mazagan entre 1995 et l'an 2000 (*avant que je ne sois muté à Rissani*). A Mazagan les chantiers ont continué jusqu'à 2004 comprenant même de la réhabilitation qui va loin que la restauration. La réussite de ces projets a quasiment fait l'unanimité des spécialistes, des autorités et des visiteurs nationaux et étrangers⁽⁶⁾.

CONCLUSION

Nous tenons à répéter que le patrimoine commun maroco-portugais tient au cœur des Marocains et des Portugais et constitue la fierté des deux peuples. Deux Grandes



Fig. 6 - Azemmour. Restauração dirigida por A. CHEBRI (1994)

Nations se sont rencontrées depuis 711 quand Tarik Ibnou Ziad avait franchi le Détroit. De 1415 à 1769, les deux peuples se sont testés et se sont rendus compte de leur grandeur et des choses qu'ils ont en partage malgré les péripéties historiques. Ces rencontres séculaires ont constitué un phénomène interculturel exemplaire. Portugais et Marocains vivent encore cette interculturalité dans un climat d'amitié profonde.

Enfin, le patrimoine maroco-portugais n'est pas fait que de forteresses et d'églises. Il est aussi constitué de traditions et coutumes, de traces dans les deux langues et dans le culinaire et le maritime, de relations consanguines et génétiques et d'un riche patrimoine d'origine islamique.

que/marocaine au Portugal. Tout ce legs matériel et immatériel mérite de nos tous plus d'attention pour le redynamiser et le mettre au devant de la locomotive du développement des deux pays frères. 

BIBLIOGRAPHIE GÉNÉRALE ET SÉLECTIVE

AZURARA, Gomes Eanes de - Crónica da tomada de Ceuta, Pub. par F.M. Esteves Pereira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

BENSAUDE, Joaquim - Origem do plano das Indias, Tiré à part de Boletim da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1931.

ELOUFRANI, Mohamed Seghir - Nouzhat Al Hádi, Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1511-1670), trd. par O. Houdas, Paris, Leroux, 1889.

GÓIS, Damião de - Crónica do Príncipe D. João, annotée et commentée par Garcia Almeida Rodrigues, Universidade Nov., Lisboa, (1978 ?).

LOPES, David - Crónica do felicissimo Rei D. Manuel (de: Damião de GÓIS), 4 Tomes, Coimbra, 1949, 1953, 1954, 1955.

LOPES, David - Les Portugais au Maroc, in Revue d'Histoire Moderne, T.XIV, n°39, Août-Septembre 1939, p. 337-368.

LOPES, David - A expansão (portuguesa) em Marrocos, in Historia da expansão portuguesa no mundo, Lisboa, 1938, T.I, p. 131-210.

PERIALE, Marise - Maroc lusitanien (1415-1769), éd. Revue des Indépendants, Paris, 1938, p. 113.

RICARD, Robert - Etudes sur l'Histoire des Portugais au Maroc, 1955.

Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (plusieurs séries).

VALERO, Denis - Petite histoire des ruines portugaises au Maroc, Casablanca, 1952.

NOTES

(¹) D. LOPES - Les Portugais au Maroc, in Revue d'Histoire Moderne, T.XIV, n°39, Août-Septembre 1939, p. 339.

(²) En 1497 également, la Castille prend la ville marocaine de Melilia (Melilla) sous l'arbitrage du Pape de Rome.

(³) Pour préserver ce patrimoine commun, le Gouvernement du Maroc a créé, en 1994 le Centre d'Etudes et de Recherches sur le Patrimoine Maroco-Lusitanien (CPML) rattaché à l'administration centrale du Ministère de la Culture et travaillant en étroite collaboration avec des partenaires portugais sur le patrimoine d'origine portugaise au Maroc et le patrimoine d'origine islamique au Portugal.

(⁴) En reconnaissance, l'UNESCO a inscrit Mazagan/Al-Jadida sur la liste du patrimoine universel en Juin 2004.

(⁵) Bientôt démarra la récupération de la Cathédrale de Safi et du centre urbain de la Médina dans une opération de financement croisé (Fondation Gulbenkian, Ministère de la Culture du Maroc, la Commune Urbaine, le Conseil Régional et autres partenaires y/c Ambassade du Portugal).

(⁶) Les restaurations d'Azemmour et Mazagan (Al-Jadida) feront l'objet d'une communication que je présenterai au colloque que La Direction du Patrimoine Culturel et notre centre (CPML) organisent en collaboration avec la GECORPA (Portugal) et l'Institut des Etudes Hispaniques et Lusitanianas (Rabat) en début 2008 à Rabat.

A tradução portuguesa deste artigo está disponível em www.gecorpa.pt.

ABOULKACEM CHEBRI,
Archéologue restaurateur,
Directeur du Centre du Patrimoine
Maroco-Lusitanien, Al-Jadida (Maroc),
marocarcheo@yahoo.fr

CONSTRUÇÕES

JOSÉ MOREIRA

Soc. Construções José Moreira

Av. Manuel Alpedrinha 15 • 2720 - 352 Amadora, PORTUGAL
Tel: +351 21 496 1270 • Dct: +351 21 499 8655 • Mob: +351 91 7230 635 • Fax: +351 21 495 9780
josemoreira@josemoreira.com • csantos@josemoreira.com • www.josemoreira.com

Capital Social € 750.000, CRC Amadora 4482, Alvará Construção 2294, NIF 501337300

Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.



Rua Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º Esq. 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnosticos.pt
www.oz-diagnosticos.pt



Ensaio de ultra-sons na Ponte Angeja



Avaliação das propriedades
mecânicas de uma argamassa de
assentamento, através do ensaio
de arrancamento de uma hélice



Observação boroscópica de uma parede



Extracção de carote na laje de cobertura
de um edifício, para caracterização do
material

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS: ANTES DE INTERVIR, CONHECER

Com cerca de vinte anos de experiência e detentora de uma certificação ISO 9001:2000, a Oz está em condições de prestar um conjunto de serviços de qualidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços, destacam-se:

1. Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias.
2. Monitorização topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas.
3. Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações.
4. Ensaios para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais.
5. Elaboração de projectos de reabilitação energética e ambiental de edifícios. *
6. Elaboração de planos de manutenção de edifícios (de habitação, de serviços) e de infra-estruturas (industriais, de transportes). *
7. Revisão de projectos de construção nova ou de reabilitação de construções existentes.
8. Modelação estrutural utilizando programas de cálculo avançados.
9. Simulação tridimensional ("restauro virtual") para fins arquitectónicos, arqueológicos ou museológicos. *
10. Concepção e realização de acções de formação especializada, na área da reabilitação das construções (a empresa é entidade formadora acreditada pelo IQF). *

*serviços não abrangidos, à data, pelo âmbito da certificação.



A Oz é uma empresa do Grupo Stap,
ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª,
a Monumenta, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



Heranças urbanas portuguesas em Marrocos



Fig. 1 - BRAUN, Georg, Hogenberg, Frans, NOVELLANUS, Simon - Civitates Orbis Terrarum (Sebta). Antwerpiae Coloniae: Apud Philippum Gallceum / Apud Auctores, 1572 (BNL)

INTRODUÇÃO

As duas margens do estreito de Gibraltar partilham um longo passado de interacção social, militar e cultural entre Norte e Sul. A presença portuguesa no Norte de África teve, efectivamente, início com a conquista de Ceuta, em 1415, e terminou com a evacuação de Mazagão, em 1769.

Todas as ocupações e fundações localizavam-se num território que corresponde, hoje em dia, ao Reino de Marrocos⁽¹⁾. O domínio caracterizou-se pelo estabelecimento de pontos isolados e fortificados ao longo da costa, revelando uma enorme dificuldade em penetrar para o *hinterland*. Podemos falar de dois tipos de implantação no território: conquista e fundação. A conquista foi um processo muito mais vantajoso para Portugal, não só por fornecer um tecido urbano e comercial existente, como também pela avaliação da duração dessas possessões: Ceuta (1415-1640), Alcácer Ceguer (1458-1550), Arzila (1471-1550), Tânger (1471-1661), no norte, e ainda Safim (1508-1541) e Azamor (1513-1541), mais para sul. Este artigo propõe-se passar em revista o encontro entre dois modelos urbanos diferentes nestes seis casos, ou seja, o impacto da chegada de um novo poder e de um novo credo e, por conseguinte, uma reavaliação do espaço construído e urbano.

Nas cidades conquistadas pelos portugueses no Norte de África imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade de praças de guerra isoladas em território hostil.

Cet article a comme thème centrale la conquête et l'occupation de villes islamiques en Afrique du Nord par les portugais entre le XVe et le XVIe siècles. L'analyse porte sur les six principaux cas d'étude - Ceuta, Qsar es-Seghir, Asilah, Tanger, Safi et Azemmour - où la durée de la présence portugaise permet l'extrapolation de modèles et d'instruments d'appropriation des villes préexistantes.

L'impact de l'arrivée d'un pouvoir et d'une croyance nouveaux a exigé une réévaluation de l'espace bâti et urbain. On a opéré à des significatives réductions de périmètre et de surface des aires occupées, à travers un processus qui a reçu la désignation de *atalho* (raccourci). Découlant d'un esprit profondément rational, cette technique a provoqué un examen radical des villes appropriées.

Operaram-se significativas reduções de perímetro e superfície das áreas ocupadas, num processo que se vulgarizou como *atalho*. Decorrente de um espírito profundamente racional, esta técnica provocou um exame radical das cidades apropriadas, regularizando-as geometricamente, aproximando-as do canal marítimo, reequacionando a sua disposição interior e, por conseguinte, demarcando o estrato português até ao presente, no panorama das actuais cidades marroquinas.

CEUTA

Ceuta medieval era formada por um núcleo urbano, denominado *medina*, na zona mais estreita do istmo. Para oriente, na direcção do monte Acho, e ocidente, para o interior do continente, espalhavam-se vários arrabaldes adjacentes. Os portugueses apreenderam esta divisão territorial durante a tomada, ao atravessarem diversas barreiras amuralhadas ou fossos, mais tarde descritos na crónica de Zurara⁽²⁾ (fig. 1).

Tratava-se definitivamente de uma área demasiado ampla para os portugueses defenderem. Uma redução do perímetro encolheu a superfície total para 14%, concentrados na antiga *medina*. Os trabalhos de fortificação deste *atalho* prolongaram-se até 1514⁽³⁾. A reforma moderna, resultante da inspecção por Benedetto da Ravenna e Miguel de Arruda em 1541, consubstanciar-se-ia num projeto que previa o reforço das estruturas fortificadas do perímetro da cidade, ou seja, o rectângulo atalhado português⁽⁴⁾.

Intra-muros, uma praça central distribuía os pólos mais importantes: o castelo (antiga *kasbah*), a catedral (antiga mesquita maior), a igreja de N. Sr.^a de África, o convento franciscano de S. Tiago (antiga *madrassa Al Jadida*) e a rua Direita. Esta organizava toda a zona a oriente da praça principal.

Hoje, a Ceuta espanhola recuperou muita da sua extensão medieval, crescendo sobretudo para a zona continental do enclave.

ALCÁCER CEGUER (QSAR ES-SEGHIR)

Alcácer Ceguer permaneceu abandonada depois de 1550 e apresenta-se, hoje, como um campo arqueológico. Da análise desta vila resulta a ocorrência de uma regularização formal que terá conduzido à figura de um círculo quase perfeito, de aproximadamente noventa metros de raio. Os relatórios das escavações explicam um aspecto fundamental, ou seja, como a cidade portuguesa se impôs à islâmica⁽⁵⁾. Os edifícios públicos mais importantes foram levantados sobre as estruturas notáveis do estrato precedente: a igreja sobre a mesquita e a prisão no *hammam* (banhos públicos). O castelo encerrou a antiga Porta do Mar (*Bab al Bahar*), usada para paço do capitão, e assumia a ligação com o mar através de um longo braço fortificado - a couraça (fig. 2). A rua Direita ligava esta porta com a de Ceuta, afirmando-se como eixo dorsal que distribuía ramificações perpendiculares, fomentando um sistema viário reticular que procurava enfiamentos e ortogonalidades.



Fig. 2 - Alcácer Ceguer: vestígios da couraça sobre a praia

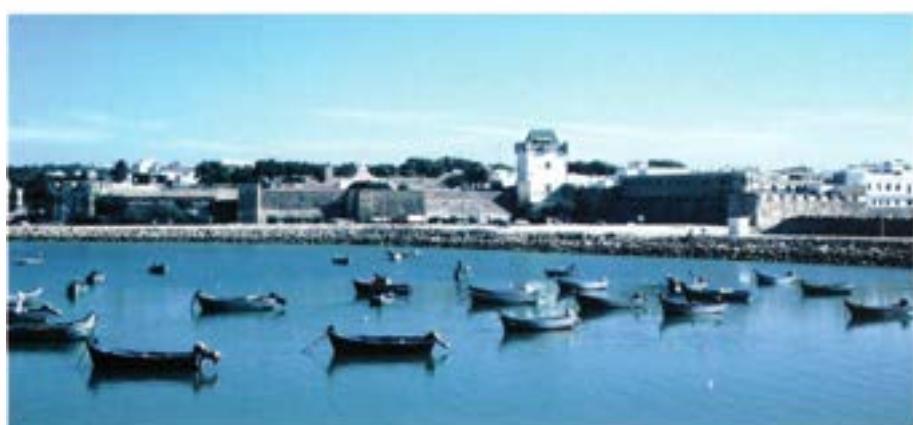


Fig. 3 - Arzila: vista geral, desde o porto

ARZILA (ASYLAH)

Ocupada em 1471, Arzila beneficiou de um tratado de paz durante cerca de trinta anos estabelecido entre o monarca português e o sultão merínida. Porém, o cerco de 1508 despoletou o processo da construção de um atalho dentado, que reduziu Arzila para 45%. O novo desenho planimétrico era composto pelo castelo, no qual se localizava a igreja sobre a mesquita pré-existente, como habitual, e a vila propriamente dita, rasgada pela axialidade da rua Direita, por sua vez delimitada por quarteirões tendencialmente quadrangulares.

Embora ainda seja possível detectar o contorno original da cidade islâmica anterior, hoje a *medina* mantém-se contida na figura portuguesa de dois rectângulos justapostos. Como charneira destes dois recintos amuralhados, sentinela sobre a Porta da Ribeira, encontra-se, ainda hoje, a Torre de Menagem, resistente marco tardogótico em África (fig. 3).

TÂNGER

Durante os quase dois séculos que os portugueses permaneceram em Tânger, antes de a entregarem aos britânicos, a cidade testemunhou alguns momentos urbanos marcantes. Indiscutivelmente, a decisão de atalhar a enorme área merínida introduziu uma nova dinâmica que prevaleceu até aos nossos dias. De facto, a *medina* presente é o resultado da introdução secante de dois panos de muralha abertos num ângulo de



Fig. 4 - Tânger: vista aérea da medina, 1925 (DPC-MCC)



Fig. 5 - Safim: vista aérea da medina, 1925 (DPC-MCC)

noventa graus (fig. 4). A cortina sul mostra ainda evidências morfológicas de uma renovação do início do século XVI, numa altura em que se procurava uma certa regularidade do interior.

O eixo principal, comunicando o campo com o mar, era interrompido a meio do seu percurso por um espaço público aberto, praça de reunião, distribuição e comércio, chamada *Petit Socco*, actualmente, substituindo o *Grand Socco*, outrora a grande praça central da Tânger medieval islâmica, agora uma praça exterior à *medina*.

SAFIM (ASF)

Hoje em dia é difícil visualizar a Safim islâmica medieval, antes de cair em mãos portuguesas em 1508. A presente linearidade denuncia uma intenção deliberada de unir o castelo com o mar (fig. 5). As transformações portuguesas não reduziram o perímetro mas diminuíram a superfície e a *medina* de Safim ocupa actualmente menos de dois terços da sua configuração medieval, fruto de um duplo atalho.

O sistema de comunicação do conjunto urbano é ainda “chefiado” pela antiga rua Direita, agora *Rue des Marchés*, ligando o porto e a praia com a *Bab Chabah*, antiga Porta da Almedina. Indícios de perpendicularidades ou paralelismos irradiam desta rua na vila baixa, que alojava a catedral, o convento de Santa Catarina, a alfândega, o porto e o mercado, enquanto a alta estava centralizada na antiga alcáçova transformada em castelo.

AZAMOR (AZEMMOUR)

Na margem esquerda do rio *Oum er Rebia*, próximo da sua foz, Azamor cedo padeceu de problemas de acessibilidade durante a estação seca

(fig. 6). A necessidade de uma praça sustentável depressa se generalizou após a conquista de 1513.

A decisão e a construção de um atalho aparecem bem documentadas desde os primeiros anos da presença portuguesa⁽⁶⁾. Defendida por novos baluartes, a área reduzida, denominada castelo, cobria menos de um terço da antiga *medina* muçulmana. Permanecia suficientemente grande e o rei ordenou que toda a população fosse aí alojada, casas construídas e ruas traçadas. A figura alongada na margem do rio foi encolhida para um quadrângulo no norte por uma cortina amuralhada secante, permeável a meio pela Porta da Vila. Para o interior, próximo desta entrada, a igreja consagrou-se na mesquita e uma nova casa do capitão levantou-se junto ao terreiro, do qual partia a rua Direita. Em direcção à Porta da Ribeira, ladeada pela alfândega e feitoria, este canal emergia como o principal acesso distributivo entre os centros comercial e administrativo.

CONCLUSÕES

Controlo da dimensão, geometria, linearidade de canais, perspectiva e espaço público são conceitos que os portugueses empiricamente utilizaram, aplicando uma análise e método caso a caso. Reforçam um conhecimento tradicional europeu de expansão da regularidade, claramente identificado pelas tardo-medievais *bastides* ou vilas novas, "exportadas" para o Norte de África com a continuação duma reconquista cristã tardia para lá do Mediterrâneo. Vieram a colidir com princípios de privacidade e de espaço público definido (mesquita e banhos). Da colisão até aos dias de hoje, estas cidades aprenderam a retirar o máximo proveito dos sistemas mais favoráveis. Uma profunda re-islamização dos tecidos constitui a chave para a compreensão do modo actual de vida e reconstrução. Em suma, esta metamorfose continua a ocorrer quotidianamente, conduzindo um movimento cíclico na história urbana das cidades ocupadas pelos portugueses.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Jorge (2006). Implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Tese de doutoramento apresentada à FAUP, Porto.
- GOZALVES BUSTO, Guillermo (1980). "Tanger medieval", in *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, nº 21-22, Tetuan, pp. 199-265.
- GOZALBES CRAVITO, Carlos (1993). "La topografía urbana de Ceuta, en La crónica de Tomada de Gomes Eanes de Zurara", in HERRAZTI, Alberto (1993). *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, pp. 189-206.
- GUEVARA, Adolfo L. (1940). *Arcila durante la ocupación Portuguesa (1471-1549)*, Tânger: Instituto General Franco.
- LA VÉRONNE, Chantal de (1972). *Tanger sous l'occupation anglaise d'après une description anonyme de 1674*, Paris : Geuthner.
- MOREIRA, Rafael (1989). *Portugal no Mundo, História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa: Alfa.
- SOUZA VITERBO, Francisco (1899-1922, ed. Fac-símile: 1988). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa: INCM.

NOTAS

- ⁽¹⁾ A excepção é Ceuta, praça indispensável à cabal compreensão da presença portuguesa no Magrebe.
- ⁽²⁾ ZURARA, Gomes Eanes de (ed.: PEREIRA, Francisco Maria Esteves, 1915). *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa: Academia das Ciências.
- ⁽³⁾ Obras inspecionadas por Boytac e Bastião Luís: *Livro das medidas das obras de Alcácer, Ceuta, Tanger e Arzilla*, ANTT - Núcleo Antigo, nº769, fl.41-47v.
- ⁽⁴⁾ Apontamentos a respeito da forma do castelo de Ceuta, in Gavetas da Torre do Tombo, vol. V, pp. 79-81 (3533. XV, 17-9).
- ⁽⁵⁾ REDMAN, Charles L., BONNE, James L. - "Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th portuguese colony in North Africa", in Separata de STUDIA, nº 41-42, Lisboa, 1979, pp. 5-47.
- ⁽⁶⁾ Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, première partie, tome I, pp. 438-442.



Fig. 6 - Azamor: panorama geral sobre o rio Oum er Rebia

JORGE CORREIA,
Arquitecto, Professor no Departamento
Autónomo de Arquitectura da
Universidade do Minho (DAAUM)

L'architecture fortifiée portugaise au Maroc

Cas de la cité portugaise sur le site de Mazagan, El Jadida

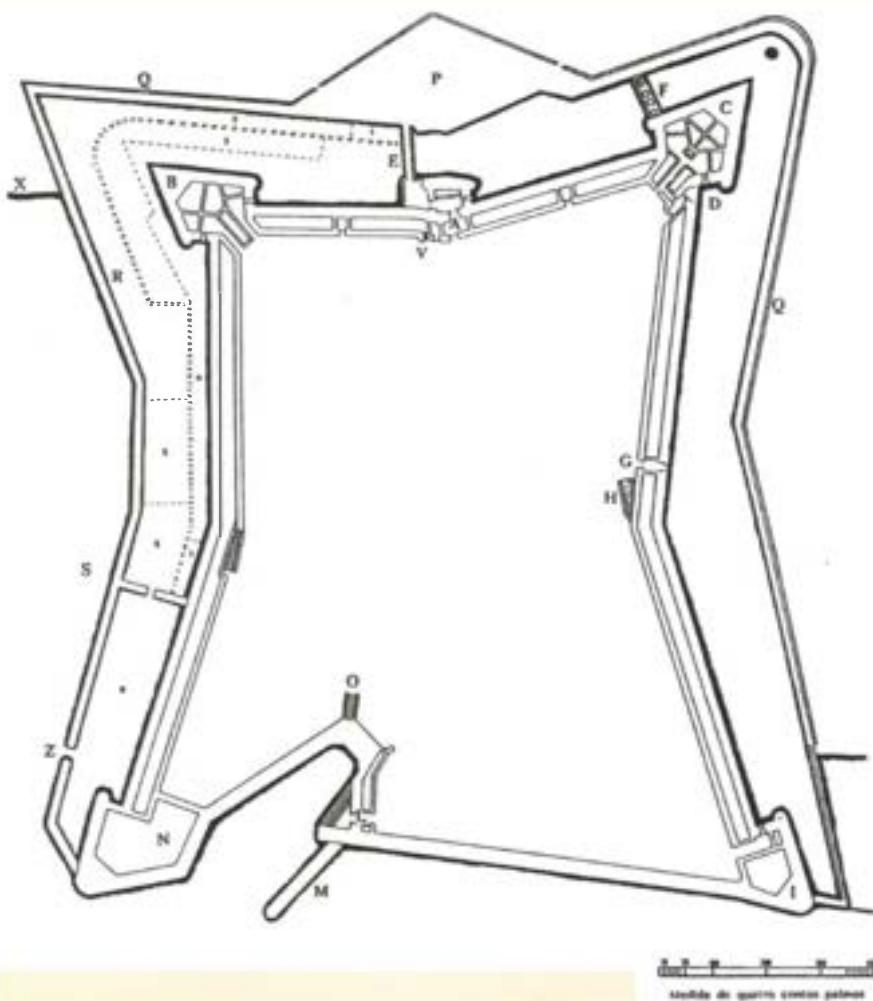


Fig. 1 - Le système fortifié de la Place de Mazagan au XVIème siècle⁽⁸⁾

- A. Porte principale
- B. Bastion du Saint-Esprit ou de la Bataille
- C. Bastion Saint George ou Dom Diego
- D. Porte du Traître.
- E. Pont
- F. Aqueduc introduisant l'eau dans la ville, aujourd'hui détruit
- G. Porte des Boeufs
- H. Escalier des Boeufs
- I. Bastion du Nord ou de Saint-Sébastien
- L. Porte de la Mer
- M. Môle de la Porte de la Mer
- N. Bastion de Santiago ou de l'Ange
- O. Escalier de la crique où escaladaient les chevaux
- P. Première défense
- Q. Chemin de ronde couvert
- R. Môle du Bastion Santiago
- S. et T. Valves pour remplir et vider le fossé d'eau
- V. Escalier menant au Bastion de la Porte principale
- X. Protection contre les fortes marées
- Z. Mouillage pour les navires importants

No imaginário da Expansão africana do Império português, Mazagão ocupa um espaço singular. Actualmente integrada na cidade de El Jadida, a sua importância histórica e patrimonial é relevada por Khalid El Harrouni, através da descrição das várias fases de reconfiguração, alargamento estrutural e, no séc. XX, classificação patrimonial da praça-forte. A Cidade Portuguesa de Mazagão (El Jadida) foi classificada, em 2004, como Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO.

Les portugais, chevaliers de l'Océan, se sont contentés d'une «occupation restreinte»⁽¹⁾ et ponctuelle sur les côtes marocaines à partir du XVème siècle; ils s'étaient rendus maîtres en un demi-siècle des principaux ports du pays, de Ceuta (1415 - 1640) sur la côte méditerranéenne jusqu'à Agadir (1505 - 1541) sur la côte atlantique⁽²⁾. Quand la forteresse de Santa Cruz de Aguer (Agadir), Safi et Azemmour furent évacuées en 1541-1542, le roi du Portugal Jean III décida de concentrer alors toutes ses forces sur Mazagan qui restait l'unique place forte du Sud. Au nord, Qsar Esseghir fut également évacué en 1540 et Arzila en

1589. A la fin du XVIème siècle, le Portugal ne possédait plus au Maroc que Ceuta, Tanger et Mazagan.

Nous allons nous intéresser ci-après à la Cité Portugaise d'El Jadida, dont le site a été toujours confondu avec celui du vieux Mazagan. En fait, l'appellation de Mazagan n'était pas Portugaise, mais tire son origine d'un autre site du nom de Mazighan qui existait bien avant l'installation des portugais sur cette partie de la côte Marocaine⁽³⁾.

L'importance et l'espoir que représentaient les places luso-marocaines pour l'empire portugais sont démontrés par la qualité et la renommée des architectes envoyés par le Roi pour la conception et la construction des «fronteiras», citadelles-forteresses au Maroc.

En 1513-1514, les frères Diogo et Francisco de Arruda, célèbres architectes au Portugal, furent appelés pour la conception d'une forteresse à Mazagan qui avait pour seul et unique but d'abriter la garnison de soldats portugais. Cette citadelle était de forme rectangulaire de 47 m sur 56 m, flanquée de 4 tours d'angle. Son sous-sol occupait une grande salle d'armes comptant 25 colonnes et piliers en pierre supportant des voûtes gothiques en brique; la salle mesure 34,80 m de long sur 33,80 m de large et 4,85 m sous clef de voûtes. Au rez-de-chaussée, cette salle était entourée par des greniers à grains ou des magasins à munitions. Quant à l'étage, il était exploité pour les activités administratives et de services⁽⁴⁾.

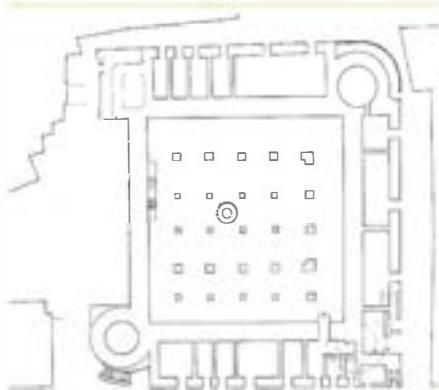


Fig. 2 - L'ancienne citadelle Portugaise, alle d'armes⁽⁹⁾



Fig. 3 - L'intérieur de la citerne et les jeux de réflexion de ses voûtes dans l'eau
Source: http://www.eljadida.ma/galerie_photo_el_jadida/

En mai 1541, un autre architecte, Diogo de Torralva, fut appelé à Mazagan pour étudier la possibilité de l'agrandissement de la place de Mazagan. C'était un artiste d'origine italienne et un des plus célèbres architectes de la Renaissance Portugaise. Mais ce n'était pas à lui qu'ont été confiés la conception et l'établissement des plans. On l'avait sans doute «jugé pas assez compétent en architecture militaire»⁽⁵⁾. La conception des plans a été faite donc par l'ingénieur militaire et technicien Benedetto da Ravenna qui était l'architecte second de Leonardo da Vinci⁽⁶⁾ et était employé par Charles Quint pour l'élaboration des places fortes et des villes neuves. La direction des travaux et l'exécution du projet ont été confiés à deux architectes non moins illustres João de Castilho et João Ribeiro. En 1542, la Place Forte de Mazagan était prête à contrer tous les assauts. Elle est caractérisée par son unique enceinte fortifiée dont le plan est en forme d'étoile à quatre branches avec des remparts infléchis en leur milieu vers l'intérieur. Cette disposition reflète l'image de l'architecture des débuts de l'époque moderne marquée par l'avènement des armes à feu.

La Cité Portugaise a fait l'objet de classements qui avaient pour objectif

de conserver son aspect architectural et de protéger les principaux édifices. La protection de la vieille ville de Mazagan a été prononcée par arrêté viziriel le 13 février 1923 au Bulletin Officiel n° 541 du 6 mars 1923. Cet arrêté stipule qu'aucune construction ou restauration ne pourra être effectuée à l'intérieur des remparts de la Cité Portugaise si elle n'en respecte pas le cachet architectural particulier. De plus, le tracé des rues, ruelles et places doit être respecté. Toute construction et toute restauration devra être autorisée par la municipalité, sur la base de cet arrêté.

Le classement a porté sur les ensembles architecturaux datant du XVIème siècle au XVIIIème siècle. Il est malgré tout difficile de dater précisément ces monuments parce qu'ils ont été plusieurs fois détruits et reconstruits, surtout lors de la destruction de la ville en 1769.

Les édifices qui ont fait l'objet de classement, depuis le début du siècle dernier, sont:

- Les remparts massifs avec leurs portes et leurs bastions d'angles; ces derniers, restaurés au début du XIXème siècle, ne ressemblent plus à leur état initial.
- L'Eglise Saint-Sébastien qui fut utilisée au XIXème siècle par la



Fig. 4 - Bastion et remparts côté mer. Source: http://www.eljadida.ma/galerie_photo_el_jadida/

communauté juive comme cour de justice. Aujourd’hui, cet édifice surmonte toute la Cité par sa façade, fronton baroque, et marque le paysage de la ville.

- L’Eglise Notre-Dame de l’Assomption fut utilisée comme Consulat Britanique au XIXème siècle. Elle retourna à sa fonction d’origine pour accueillir de nombreux offices religieux au début du XXème siècle. Aujourd’hui, elle est fermée, mais elle marque la Cité Portugaise par sa position centrale et par la place qui la met en valeur: place de l’église. Elle affecte une surface rectangulaire de 44 m x 12 m, et elle se caractérisent par son clocher de forme carrée qui est un repère urbain visible de l’extérieur de la Cité, et par sa façade qui est composée d’un fronton triangulaire et un porche qui abrita pendant une courte période (en août 1916) un petit musée historique⁽⁷⁾.

- L’Eglise Notre-Dame de la Lumière : le Dahir du 17 février 1942 (Bulletin Officiel n° 1534 du 20 mars 1942), a porté classement des vestiges de cette église comme monument historique. Il ne reste aujourd’hui aucune trace de ces vestiges.

- L’ancienne citadelle portugaise a été classée monument historique par le Dahir du 15 avril 1924 (Bulletin Officiel n° 604 du 20 mai 1924). Ce classement comprenait également les quatre tours d’angle et l’ancienne salle d’armes qui reçut en 1541 une autre affectation pour laquelle elle n’avait pas été conçue,



Fig. 5 - Eglise Notre-Dame de l’Assomption: façade et clocher. Source: http://www.eljadida.ma/galerie_photo_el_jadida/

celle de la citerne. Par ailleurs, les tours avaient subi des transformations : la Tour d’El Brija fut détruite et reconstruite; la Tour de Segonha a été restaurée; la Tour de Rebate a été transformée en minaret en 1857 et la Tour de Cadea, autrefois prison, a été aménagée en construction particulière.

C'est vrai que la ville Portugaise Mazagan (El Jadida) a été classée patrimoine universel de l’humanité le 30 juin 2004, et qu’une année après, l’application de règles strictes d’urbanisme, aussi bien à l’intérieur qu’en face de la Cité Portugaise, a été vivement recommandée afin de conserver l’intégration visuelle des fortifications, mais malheureusement, la place forte de Mazagan, patrimoine

architectural et culturel inestimable, est actuellement laissée à l’abandon. En conclusion, les fortifications avec leurs bastions et remparts, constituent un patrimoine considérable de l’architecture militaire de la Renaissance. Les édifices portugais au Maroc, en général, et ceux de Mazagan en particulier, sont un témoignage remarquable des influences croisées entre les cultures portugaise et marocaine, qui apparaissent clairement dans l’architecture (l’architecture fortifiée, le style manuélin qui utilise un registre de décore sculpté italianisant s’inspirant de la mer et de la navigation), le génie militaire (places fortes, dessin rigide et géométrique à caractère militaire, système bastionné) et l’urbanisme (nouveaux modèles urbains, villes neuves).

NOTAS

⁽¹⁾ Henri Terrasse, Histoire du Maroc. Editions Atlantides, Casablanca, 1950.

⁽²⁾ Laila Haddaoui, La Cité Portugaise d’El Jadida. Travail de Fin d’Etudes, Ecole Nationale d’Architecture, 1998, Maroc. L’Encyclopédie de l’Islam, (Nouvelle édition, «Al-Djedida», Ed . Leiden E.J. Brill, 1975) a constitué l’une des principales sources de référence.

⁽³⁾ A. Karra, archéologue, ex-Directeur du Centre du Patrimoine Maroco-Lusitanien d’El Jadida. Dans le cadre de ses prospections archéologiques dans la région, le Centre vient de déterminer avec exactitude, l’emplacement du site du vieux Mazagan, appelé autrefois Mazighan, nom d’origine Berbère.

«Mazighan des textes arabes médiévaux, Mazagão des Portugais ensuite, Al Mahdouma et enfin Al-Jadida, ces noms illustrent l’histoire mouvementée de tout un pays», d’après A. Chebri, archéologue-restaurateur, Directeur du Centre du Patrimoine Maroco-Lusitanien.

⁽⁴⁾ J. Goulven, La place de Mazagan sous la domination portugaise (1502-1769). Ed. Emile Larose, Paris, 1917.

⁽⁵⁾ Robert Ricard et Chantal de La Veronne, “Les architectes des places portugaises au Maroc sous Emmanuel Ier et Jean III (1495-1557)”, in Mélanges d’histoire et d’archéologie de l’Occident musulman, Tome II. Hommage à Georges Marçais. Imprimerie Officielle, Alger, 1957.

⁽⁶⁾ História das fortificações portuguesas no mundo, Direcção de Rafael Moreira. Ed. Alfa, 1989.

⁽⁷⁾ L. Haddaoui, La Cité Portugaise d’El Jadida. Travail de Fin d’Etudes, Ecole Nationale d’Architecture, 1998, Maroc.

⁽⁸⁾ Martyn John R.C., The siege of Mazagao, Ed. Peter Lang, New York, 1994.

⁽⁹⁾ Plan de l’ancienne citadelle, issu des archives de la Municipalité d’El Jadida

A tradução portuguesa deste artigo está disponível em www.gecorpa.pt.

KHALID EL HARROUNI,
Professeur à l’Ecole Nationale
d’Architecture, Maroc

Antiga Mazagão, El Jadida (a Nova)

A antiga cidade portuguesa de Mazagão localiza-se em El Jadida, na costa ocidental de Marrocos. Mazighan era um porto de pescadores no século XII e local de carregamento de trigo para os portugueses desde finais do século XV.

Dadas as suas excelentes condições de desembarque, o rei D. Manuel mandou aí erguer um castelo em 1514. As obras estiveram a cargo dos irmãos Francisco e Diogo de Arruda. Seria um espaço quadrado (a praça central), com paiois, construções de madeira e residência do capitão, delimitado por uma muralha espessa com torreões nos ângulos e ameias, uma torre mais alta com guarita de vigia e terraço cilíndrico com mísulas piramidais. Junto à torre estaria a porta do castelo, actual porta de entrada para a cisterna, com ponte levadiça. Um casario a sul, rodeado por cerca ameada, barbacã e fosso, de morfologia espontânea, seria a parte antiga da vila ampliada em 1537. Aí se situava o balneário, embora sem cisterna⁽¹⁾. Pouco tempo depois considerava-se ineficaz o sistema fortificado manuelino, face às novas armas de fogo e táticas militares. Em 1529 o arquitecto João de Castilho viajou ao Norte de África, acompanhado de Duarte Coelho para inspecionar as fortalezas. Estudava-se maneira de adaptar a vila aos novos conceitos italianos de fortificação.

Em Abril de 1541, D. João III enviou o engenheiro italiano Benedetto de

L'ancienne ville portugaise de Mazagão, construite en 1541, fut l'un des premiers exemples de fort bastionné pour pouvoir résister aux nouveaux canons et aux nouvelles tactiques de siège. Ce fort s'est développé autour d'un château manuelin qui occupe la place centrale, où se trouve une citerne remarquable. Les Marocains l'ont prise en 1769 et l'ont restaurée cinquante ans après. La ville est alors rebaptisée El Jadida (*La Nouvelle*).

Ravena e Miguel de Arruda ter com Diogo de Torralva para reforçar Mazagão. Escolherem o local à volta do castelo para construção da cidade fortificada. O projecto de Ravena foi construído a cargo de João de Castilho e João Ribeiro. Apesar das dificuldades em retirar pedra da pedreira, das condições do solo rochoso e da presença do mar, as obras das cavas e muralhas com baluartes terminaram ao fim de um ano. É conhecida a capacidade construtiva de Castilho, pelas suas obras no mosteiro dos Jerónimos e no Convento de Cristo em Tomar. Embora diga em cartas respeitar o plano de Ravena, muitas decisões terão sido tomadas por ele em obra. Resta saber o que poderá ser-lhe atribuído; veja-se a polémica relativa à cisterna.

Apresentamos parcialmente algumas plantas mais significativas da evolução de Mazagão. A fortaleza com forma de estrela de quatro pontas, assenta parcialmente sobre o mar. A muralha tem de largura apro-

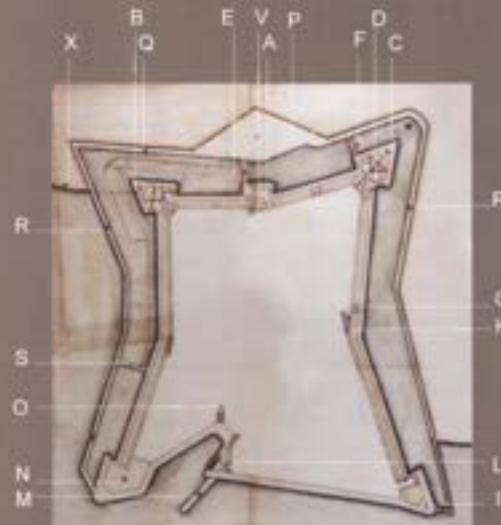


Fig. 1 – Planta de Mazagão de 1611 (parcial)
Arquivos Nacionais / Tome do Tombo

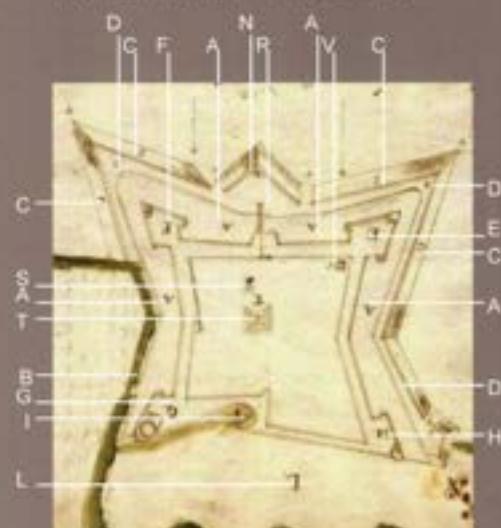


Fig. 2 – Planta de Mazagão do álbum do engenheiro João Tomás Correia (parcial)
ca. 1730 – Biblioteca Nacional, Lisboa

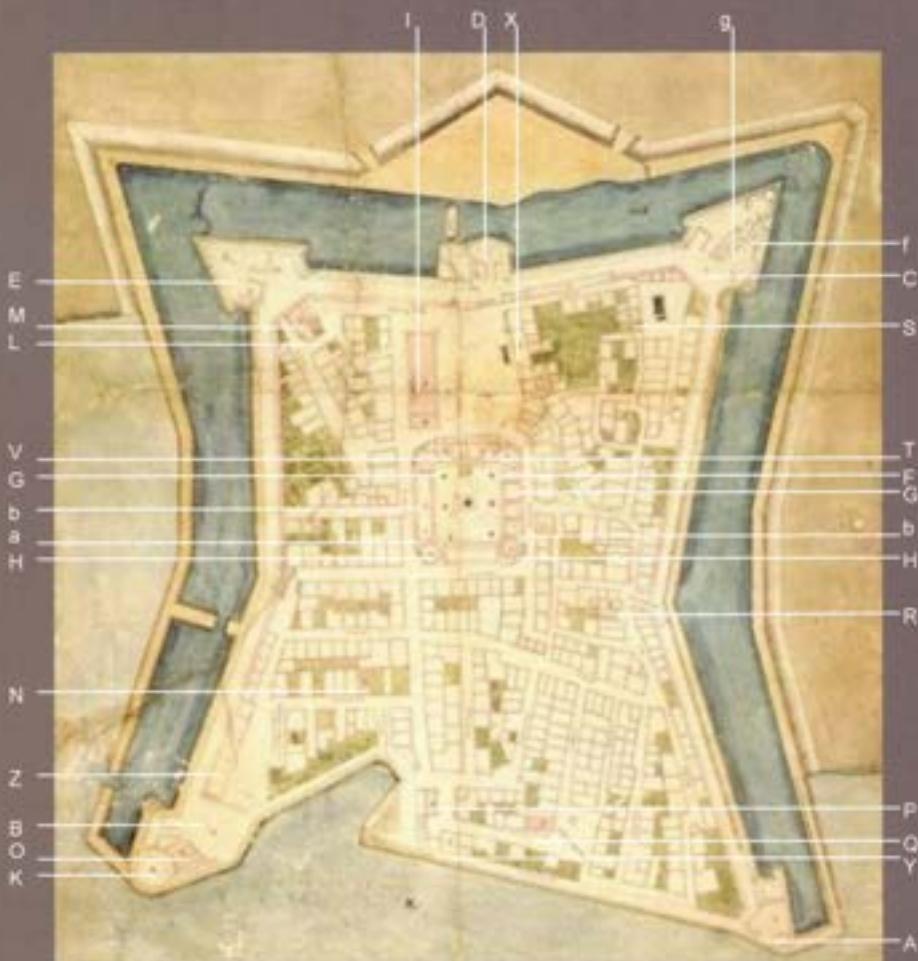


Fig. 3 – Planta de Mazagão do engenheiro Simão dos Santos (parcial), ca. 1720 – 1760
Instituto Geográfico Português

Legenda

Fig. 1
 A – Porta Principal ; B – Beluarte que se diz Santo Espírito ou do Combate ;
 C – Beluarte de São Jérôme, ou de Dom Diogo ; D – Porta da Treçam ; E – Ponte ;
 F – Cano de agoa que vem por dentro, está desbaratado ; G – Porta dos Bois ;
 H – Esquada dos Bois ; I – Beluarte do Norte ou de São Sebastião ; L – Porta da Ribeira ; M – Molhe da Porta da Ribeira ; N – Beluarte de Santiago ou do Anjo ;
 O – Esquada da Calhetta por onde sobem Caualhos ; P – Primeiro Rebeldim ;
 Q – Estrada Cuberta ; R – Molhe até o Beluarte de Santiago ; S – Buxas por onde enche e vaza a cava ; T – Buxas por onde enche e vaza a cava ; V – Esquada que sobe ao Beluarte da Porta Principal ; X – Praia marré de agoas viuas ; Z – Sorgidouro dos nauios grandes.

Fig. 2
 Os A, A. He olosso a Roda da Praça ; B – a entrada no fosso donde entzão caravelas ;
 C – Esplanadas do parapeito da estrada encuberta ; D – Estrada Encuberta ;
 E – Beluarte de S.º An.º com seu cavaleiro ; F – Beluarte do Serão com seu cavaleiro ;
 G – Beluarte do Anjo com seu cavaleiro ; H – Beluarte do Norte com seu cavaleiro ;
 I – Porta do Mar ; L – Praya q se cobre dagua quando enche ; N – Revelim ; R – Ponte e porta p.º a terra com suas estacas ; T – Sistema a roda da qual estão os seleiros e a torre devigia, e a polvora ; S – Igreja Matriz ; V – o Poço dentro da Praça

Fig. 3
 A – Beluarte do Norte ; B – Bte do Anjo ; C – Bte de S.º António q olha p.º o alto da pedreira ; D – Bte do Gor ; E – Bte do Seraô ; F – Tome do Rebate ; G – Tome com Cadeia e Cadeia ; H – Torres de Polvora ; K – Cavalleyro ; I – Igreja Matriz ; L – Piedade ; M – Nossa Senhora da Luz ; N – Nossa Senhora da Nazareth ; O – Nossa Senhora do Pilar ; P – São José ; Q – S.º Francisco on S.º Sebastião feita pelo C.º de C.º ; R – Santa Cruz ; S – São João ; T – Misericórdia ; V – Hospital ; X – Palacio ; Y – Quarteis ; Z – Amazens ; a – Vedoria ; b – Selleiros ; c – Sistema ; d – Posso ; e – Chafais ; f – Nossa Senhora da Penha de França ; g – Cazas dos Padres



Fig. 4 – Baseado na planta de 2000
(Divisão de Cartografia); Tese de João Malos

ximadamente 11,2m, sendo 3,3m de ameias/parapeito, 1,9m o contramuro, e 6m de vão por onde passavam dois carros. Tem cerca de 13,6m de altura acima da água do fosso e 11,2m por dentro até ao chão⁽²⁾. O traçado urbano regular renascentista apenas aparece representado em plantas do século XVIII.

Uma planta de 1611 (fig. 1) e respetivo relatório, documentam obras de desaterro no fosso. Antes do cerco de 1562 a cava era mais estreita, *largura que se mostra pelos dous pontos*, representado no fosso sul; para os navios chegarem à Ponte, abriu-se um *boquette* no lugar das buxas (S), por onde se entulhou a cava de areia e limo. Nestas obras tapavam o *boquette* e desentulhavam o fosso. Refere-se que o molhe (M) e parte dos degraus que subiam para a Porta da Ribeira (L) estavam arruinados, devendo ser reparados pois era a única porta por onde a fortaleza podia ser socorrida em tempo de cerco; a porta da Traição (D) não dava para o fundo da cava; a porta dos Bois (G) encontrava-se fechada, podendo assim continuar pois não tinha serventia⁽³⁾.

Na planta de 1730 (fig. 2), em vez de *Porta da Ribeira* é designada a *Porta do Mar* (I), infelizmente não desenhada. No interior da muralha localiza-se a cisterna e edifícios do anterior castelo (T), a igreja matriz (S) e um poço (V).

A planta do Engenheiro Simão dos Santos (fig. 3) parece ser fiel ao que seria Mazagão antes da saída dos portugueses em 1769. Localiza

todos os baluartes (note-se as suas diferentes designações), e os edifícios mais importantes: no local do castelo, a Torre do Rebate (F), a Torre com Cadeia (G), a Torre da Pólvora (H), a Igreja da Misericórdia (T), o Hospital (V), a Vedoria (a) e os Seleiros (b); as igrejas de Nossa Senhora da Luz (M), S. Francisco ou S. Sebastião (Q); as ermida de Nossa Senhora da Nazaré (N), Nossa Senhora do Pilar (O), São José (P), Santa Cruz (R), São João (S) e Nossa Senhora da Penha de França (f); o palácio do Governador (X), os armazéns (Z), o poço (d), o chafariz (e) e casas dos padres (g). Em 1769 os portugueses sofreram um violento cerco e perderam Mazagão. Infelizmente deixaram a cidade minada, destruindo sobre-tudo a cortina poente, substituída por casario (fig. 4). Esteve 50 anos ao abandono e era então designada al-Mahdouma (*a arruinada*). No século XIX o sultão Moulay Abderrahmane decidiu reabilitar a cidade, passando a chamar-se Al Jadida (*a Nova*).

Novas canhoneiras terão sido construídas, dadas as diferenças entre as originais a norte e sul - com parapeito largo e merlão de perfil arredondado, inclinado para o exterior - e as do lado nascente - com parapeito estreito e merlão recto, sem inclinação⁽⁴⁾.

No século XIX foi entulhado o fosso do lado poente e abertas três portas. No século XX foi entulhado o fosso norte, construiu-se o actual molhe e foi reaberta a Porta dos Bois.

Conserva-se ainda grande parte da fortaleza, o primitivo castelo, a cisterna, as igrejas de Nossa Senhora da Assunção (matriz), da Piedade e de Nossa Senhora da Luz. Embora a totalidade das casas seja do século XIX e XX, mantêm-se o traçado urbano original.

A cidade portuguesa de Mazagão foi classificada Património Mundial, como exemplo de trocas de influências entre as culturas europeias e a cultura marroquina e um dos primeiros a concretizar os ideais do Renascimento.

NOTAS

⁽¹⁾ Rafael Moreira, *A construção de Mazagão: Cartas inéditas 1541-1542*, IPPAR, Lisboa, 2001, pp. 33-35.

⁽²⁾ Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 28.

⁽³⁾ António Dias Farinha, *Plantas de Mazagão e Larache no início do século XVII*, Série separatas, nº 87, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987, pp. 4-5.

⁽⁴⁾ João Manuel Barros Matos, tese de Mestrado *A fortaleza de Mazagão: bases para uma proposta de recuperação e valorização*, Évora, 2001, pp. 200-245.

SORAYA GENIN,
KRISTA DE JONGE,
RAFAEL MOREIRA,
Investigação co-financiada pelo POCI
2010 e pelo FSE, no âmbito
do Doutoramento em Engenharia na
Universidade Católica de Leuven, Bélgica

A fortificação de Alcácer Ceguer

Alcácer Ceguer constitue un des points de plus grande importance symbolique et stratégique de l'Expansion portugaise au Maroc. Avec une approche spécifique, donnée par les méthodes et les techniques de conservation, Sousa Lobo fait une analyse qui articule la perspective historique avec une description minutieuse de la structure architecturale en cause.

Permanecem na praia as ruínas de Alcácer Ceguer, um dos mais emblemáticos castelos luso-marroquinos. A estrutura fortificada inicial de origem islâmica foi profundamente transformada pelos cristãos porque tendo-se mantido o sítio não se manteve a situação militar.

A partir da sua conquista, em 1458, este recinto fortificado passou a estar em território adverso e a ser reabastecido por mar. Esta mudança de poder levou à construção de uma das mais interessantes obras de adaptação de uma fortificação costeira, que conhecemos.

O primitivo castelo estava voltado a noroeste olhando a foz do rio e tinha uma pequena couraça. Foi construída uma nova e mais extensa, para tentar garantir o reabastecimento por mar. Quando os navios portugueses chegavam, os arcabuzeiros dispunham-se ao longo dos dois muros que formavam aquela estrutura telescópica, para defender o desembarque de pessoas e bens de qualquer ataque adverso, que fosse feito pela praia. Ainda hoje prevalecem os troços inicial e final, dessa longa muralha que termina na porta do mar. Aqui existia, provavelmente, um pequeno cais.

A Porta do Mar era sobrepujada por uma torre de vigilância e controle. Esta estrutura continua a ser erodida, nas marés vivas, por acção do mar e a única forma de a salvar consiste numa acção de consolidação deste troço, que simboliza o regresso dos portugueses, que saíram para pôr temo à aventura de tentar controlar aquele local estratégico que servia de base de apoio à armada do estreito que controlava a entrada do Mediterrâneo.

A vila teve de ser abandonada vidos pouco mais de cem anos porque era um alvo fácil para a artilharia moura postada no morro do Seinal. Em 1549, engenheiros militares franceses, italianos e espanhóis, sob a direcção de Miguel de Arruda, ainda tentaram fortificar o morro para defender a fortaleza.

O castelo que prevalece é uma combinação duma estrutura islâmica com uma estrutura portuguesa. A remodelação do recinto inicial foi profunda porque houve necessidade de aumentar em muito a capacidade de tiro da artilharia da defesa. Nessa fase inicial da ocupação o sistema defensivo foi adaptado para se poder defender o recinto de um ataque directo, ou à viva força, ou por cerco feito no recinto da praia. Esse castelo tinha duas portas que chegaram aos nossos dias. A Porta da Terra dava para o interior da vila fortificada que era um recinto circular com cerca de quinhentos metros de perímetro.

A vila era formada por um apertado aglomerado de casas em que sobressaía a Rua Direita, onde se situava a Igreja da Misericórdia e a Casa da Câmara, na retaguarda desta e também nas proximidades do castelo ficava a igreja matriz. As duas ruas principais desembocabam nas por-



Fig. 1 - Porta do Mar - no extremo norte da couraça, destacada cerca de 80 metros do corpo do castelo, permitia o acesso dos escadarias e a descarga dos navios em condições de alguma segurança. Esta era chave de todo o sistema defensivo porque o socorro à fortaleza dependia desta Porta

tas da cerca da vila. A Rua Direita ligava a zona do castelo com a Porta de Ceuta. A rua da matriz ligaria com a Porta de Fez. Este recinto foi escavado, nos anos setenta, por arqueólogos americanos que deram prevalência islâmica às estruturas. As mais importantes construções no interior da vila eram portuguesas, mesmo que isso tenha correspondido à adaptação de estruturas anteriores. A manutenção e conservação deste património comum, partilhado por Marrocos e Portugal, passa por medidas de dois tipos, arqueológico e de conservação e restauro.

Na zona da vila as escavações arqueológicas obrigarão a um esforço permanente de monitorização e conservação. Esta solução é onerosa porque a deposição da areia da praia arrastada pelo vento é constante. Na zona do castelo e na sua couraça, únicas estruturas que se elevam claramente acima do solo, há que fazer uma intervenção de conservação da ruína se se pretender preservar aquela memória que liga os dois "Algarves", de aquém e de além. No momento alto da cooperação cultural entre Portugal e Marrocos poderá ser oportuno olhar para este recinto fortificado como um património com interesse comum.

O castelo é um excelente exemplo de adaptação duma estrutura medieval à artilharia. Construído em pedra calcária, engloba a residência do governador que tem componentes em tijolo burro. Não temos conhecimento de um estudo detalhado do sistema estrutural deste castelo em que tenha sido feita uma reconstituição integral do seu traçado e da sua volumetria. Pelos vestígios que chegaram aos nossos dias esse exercício parece poder ser feito com bastante aproximação. Mais difícil seria a reconstituição da vila arrasada depois da retirada dos portugueses.

O regimento ou caderno de encargos de Alcácer Ceguer chegou até nós em cópia anónima e sem data. Ele estipula a construção de uma barreira circular, baluartes e cubelos no



Fig. 2 - Porta da Terra - na prática era a Porta da Vila. Sendo também um ponto crítico da defesa era protegida por canhoneiras na base das muralhas que faziam tiro rasante ao terreno. Em arco pleno, o vão era ressalvado por um bem ordenado paramento de sillares de pedra



Fig. 3 - Estrutura das paredes - é visível o enchimento interior dos muros da couraça com pedra aglomerada com boa argamassa de areia e cal. No topo da imagem podem-se observar os sillares da primeira fiada que encamisavam a parede



Fig. 4 - Interior do castelo com canhoneiras dispostas em duas fiadas fazendo tiro frontal para norte e nascente. É visível o caminho de ronda, com as ameias rasgadas por seteiras e ainda, a sombra projectada pela torre de vigilância situada no coração da fortificação

muro da vila: "os quaes cubellos seram dabobada e teram bombardeiras baixas q tirem ao llongo da cava q se ade fazer, e asy do pe do muro da parte da villa como côtra o mar, e terem outras alltas para podere atirar ao llomge". Para iniciar estas obras foi enviado em 1509 o mestre do convento de S. Francisco de Évora, Martim Lourenço, que terá demorado pouco tempo, porque em 1512 se encontrava de novo em Évora. O principal obreiro terá sido Francisco de Danzilho a quem Bernardo Rodrigues, cronista, dedica duas páginas. Este arquitecto tinha andado a renovar o castelo de

Almeida e dirigiu, além da empreitada de Alcácer, também as obras de Arzila e Tânger. Era o "mestre das obras dos Lugares d'Além", tendo embarcado na Páscoa de 1511, com trezentos pedreiros, numa altura em que em Alcácer trabalhava já uma numerosa equipa.

A fiscalização da empreitada foi feita pelo mestre Boytac. Partiu de Lisboa, em Maio de 1514, acompanhado de um escrivão para inspecionar as obras de Alcácer e de Ceuta em primeiro lugar e depois Tânger e por fim Arzila para regressar a Portugal em Agosto. Nessa inspec-



Fig. 5 - Porta das surtidas - voltada à praia, discretamente localizada num ângulo da muralha do castelo, permitia efectuar uma defesa activa com a saída da guarnição a contra atacar de surpresa os sitiantes

ção foi acompanhado por Francisco Danzilho que era o responsável directo da execução da obra.

A conservação da ruína exige uma intervenção a vários níveis: nas paredes terá que se proceder ao refechamento das juntas ao longo das superfícies dos paramentos depois da análise dos ligantes para fazer uma caracterização da sua composição. É necessário usar argamassa de cal e areia compatíveis. Os procedimentos não são uniformes dependendo do tipo de juntas que se apresentam caso a caso. A estrutura da parede do castelo é diferente da estrutura das paredes da couraça. Esta está parcialmente enterrada na areia e tem parte da estrutura superior das duas muralhas que a formam, destruída. Este assoreamento protege as fundações embora impeça a leitura global da couraça. A zona mais delicada desta estrutura é a Porta do Mar, zona que é fustigada pelas marés vivas e que está sujeita a uma erosão mais intensa.

Uma inspecção visual das argamassas desta zona confirma a boa qualidade do ligante. As paredes são menos espessas que as do castelo, sendo constituídas por duas camisas de pedra parcialmente aparelhada, com enchimento central de pedras



Fig. 6 - Um castelo na praia - em primeiro plano correm as águas da foz do rio, na frente marítima, com a estrutura do castelo à direita da imagem, a Porta do Mar no centro e a elevação do Seinal, dominante na retaguarda

de diversas dimensões, aglutinadas pela adição profusa de argamassa feita com cal gorda, de muito boa qualidade. É surpreendente a capacidade de resistência que estas paredes têm revelado.

Nas zonas em que as juntas sejam mal definidas há que fazer o preenchimento das fendas com a argamassa. Ainda nesta zona da couraça há que estabilizar as argamassas de revestimento que prevalecem no troço superior, identificando ocos, zonas desagregadas efectuando pequenas injecções de um composto com calda ligante inorgânica, por exemplo, cal e pozolana ou silicato de sódio. Esta é a zona mais emblemática da fortaleza e com maior

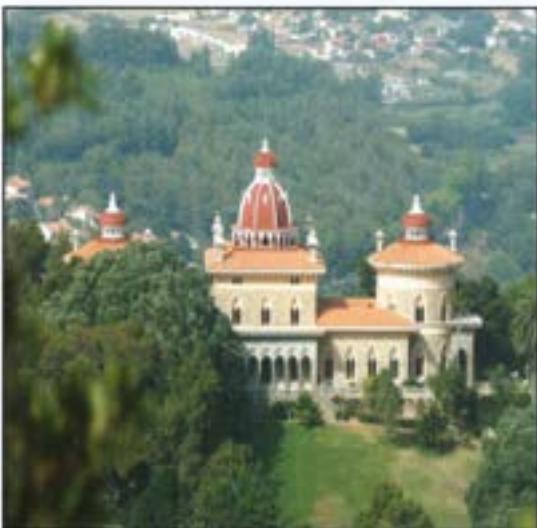
valor patrimonial por ser uma estrutura extremamente rara nos nossos dias. Desconhecemos qual o grau de protecção e classificação a que esta raridade está sujeita pelas entidades oficiais. Correndo as faixas marítimas dos continentes podemos verificar que, couraças semelhantes, que permitiam o acesso por mar às fortalezas costeiras, foram destruídas por acção do tempo.

Nas paredes do castelo pode ser reposto o reboco, em algumas zonas, utilizando material compatível. Este deve ficar um pouco recuado, permitindo a leitura da diferença entre o velho e o novo. Isto só deve ser feito nos sítios mais expostos, como forma de proteger as paredes. Toda a intervenção num monumento deste género terá de ser minimalista. Há que garantir os requisitos indispensáveis de compatibilidade, eficácia, durabilidade e reversibilidade.

Nas lacunas dos muros, em especial, quando esse vazio ameaça a estabilidade, usar materiais idênticos. Preencher a zona assinalando sempre a intervenção. No caso de paredes instáveis poderão ser executadas ancoragens em aço inox, amarradas a maciços no terreno. Será de evitar a utilização de agulhas de aço no interior das paredes, devido aos problemas da reversibilidade e ainda por ser um método muito intrusivo. As canhoneiras deverão ser objecto de especial cuidado, porque a sua reabilitação seria uma oportunidade excelente para melhorar a leitura do monumento. Nas zonas de interrupção das paredes, ou quando o seu topo estiver muito danificado, deve ser feito o seu preenchimento com argamassa compatível. Intervir nos troços horizontais ou sub-horizontais, pela criação de pendentes adequadas que evitem a acumulação da água.

FRANCISCO DE SOUSA LOBO,
Engenheiro Militar,
Presidente dos Amigos dos Castelos

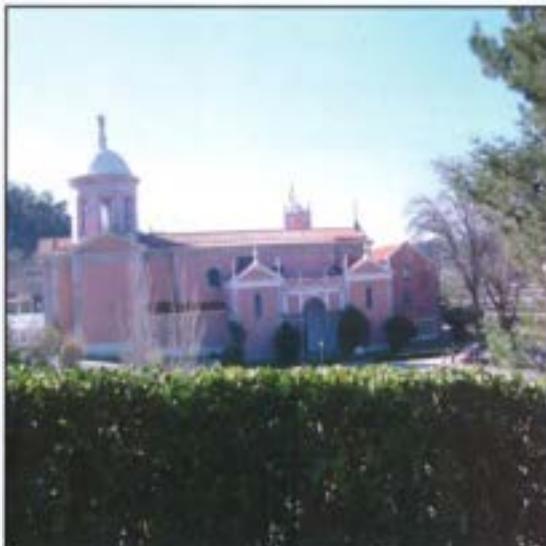
CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS



A par de um currículum significativo em obras, algumas de grande complexidade, da área hospitalar, a empresa orgulha-se de uma intervenção crescente em recuperação e reabilitação de património com um cunho de rigor, qualidade e profissionalismo.



A Empresa **LNRibeiro Construções Lda**, fundada em 1989, tem desenvolvido a sua actividade de construção civil e obras públicas preferencialmente na área da reabilitação, remodelação.



Os nossos operários, técnicos e responsáveis fazem reabilitação por opção e gosto. A reabilitação exige particular sensibilidade, total disponibilidade na procura das melhores soluções para cada caso e um grande respeito pelo património arquitectónico.

Os dois lados do Estreito

Loin de constituer une barrière, le Détroit de Gibraltar a été, au long de siècles, scène de flux culturels, économiques et humains richissimes. En partant d'une connaissance détaillée de la culture matérielle du Gharb al-Andalus, Cláudio Torres révèle, à travers d'une analyse multidisciplinaire et transversale, la richesse et l'intensité du dialogue historique entre les côtes séparées par le Détroit.



O extremo ocidental do al-Andalus, apertado entre umas serras ásperas e um mar de muito peixe e largo comércio, não pode ser dissociado das costas fronteiras africanas. Desde a pré-História, passando pela Tingitânia romana e visigótica, até ao califado cordovês, os dois Algarves sempre estiveram ligados entre si. Dos dois lados do Estreito, de Sagres a Salé, ao longo das praias e portos deste vasto golfo abrigado da nortada, não só a civilização parece ter sido sempre a mesma, como as formas mais antigas de falar e usar os dialectos berberes podem ter tido uma origem comum. Desses tempos anteriores à romanização, além do constante e nunca interrompido intercâmbio nas fainas da pesca, outras analogias parece ter havido no povoamento tradicio-



nal das zonas montanhosas do Sul peninsular e do Rif norte-africano. Entre outras facetas semelhantes da casa de habitação rural destacam-se, além de uma mesma repartição funcional, uma série de pormenores decorativos e de técnicas construtivas só aceitáveis no quadro de antiga e nunca interrompida simbiose cultural. São sugestivos também os paralelos tanto na morfologia decorativa ou prática funcional da cerâmica, como no entrançado e cadência geométrica da cestaria, da empreita e da tecelagem tradicionais. Estas zonas serranas, desviadas das grandes rotas urbanas e portanto sempre mais conservadoras, conseguiram assegurar expressivos elementos de continuidade, resistindo à gradual aculturação veiculada primeiro pela romanização e depois pela islamização. Ao contrário, as férteis planícies da costa com as suas cidades, pontos

de convergência das vias comerciais, abrem-se a todas as influências e pressões inovadoras. Os centros urbanos das antigas Bética, Lusitânia e Tingitânia, abandonadas as ruínas cenográficas do Império e integrando-se naturalmente nesta rede de cumplicidades mercantis, são os primeiros a ser islamizados, tornando estas faixas litorais numa prestigiada matriz da civilização muçulmana do Ocidente.

As actuais cidades portuárias de Ceuta ou Tânger começam a desenvolver-se por influxo directo do al-Andalus, que em toda a região e a partir do prestígio cordovês, se afirmara incontestavelmente como centro polarizador. Atravessar o golfo do Algarve, ou o mar de Alboran, ligando Faro e Arzila, ou Almeria a Argel, passa a ser bem mais fácil e rápido do que viajar, por exemplo, para lá do Cabo de São Vicente, onde sopram os ventos adversos de Noroeste.

Em finais do Mundo Antigo a endémica falta de madeira que se fazia sentir em todo o Mediterrâneo oriental levou os construtores navais a virar-se para as encostas do Rif e para as serras de Silves onde as brisas húmidas do Atlântico alimentavam bosques de cedros e castanheiros. E de facto na serra de Monchique ainda hoje se notam pequenas manchas de castanheiros e alguns troncos carcomidos de carvalhos seculares, que apenas são os destroços de uma floresta que alimentou durante séculos os estaleiros de Silves e mais tarde as primeiras aventuras da expansão quinhentista.

Por todas as razões, esta ponta extrema do Gharb foi sempre bem povoada tanto na faixa litoral onde a sua concentração urbana dependia das épocas de maior ou menor estabilidade das rotas marítimas, como nos vales abrigados e generosos do interior. Nestes territórios do sol poente parece ser profunda, e antiga e permanente, a ligação destas comunidades a outros portos e gentes.

São disso exemplo os povoados fortificados de Aljezur e Alferce. Se o primeiro sempre teve uma ligação ao mar, não foi certamente este o facto que justificou a sua implantação naquele local. A boca da barra, aberta às vagas do oceano, mesmo imaginando-a sem o assoreamento actual, seria já em finais do mundo antigo praticamente intransponível. Aljezur seria nesses tempos - séculos XI e XII - uma quase ilha, como o seu nome árabe indica, rodeada por uma lagoa marítima, certamente rica em peixe e marisco. Terras fertilíssimas, de águas correntes, justificaram a existência deste povoado de camponeses e pescadores que possuíam um recinto fortificado no cume do cerro que, além de servir naturalmente

de refúgio em caso de ataque, teria também a provável função de celeiro e armazém colectivo.

Alferce é uma fortaleza tipologicamente diferente, embora de funções aparentemente semelhantes. Terá sido um aldeamento de camponeses e pastores que controlava as pastagens da serra para onde se deslocavam no verão alguns rebanhos transumantes. Dada a proximidade de Silves, não é de excluir que uma das suas actividades económicas estivesse relacionada com o abastecimento em carne e lã da grande cidade e do seu porto.

Toda a parte do Ocidente algarvio tem um povoamento muito antigo e bem estruturado que se estende por todo o território, desde comerciantes e artesãos fixados nas cidades do litoral, camponeses-hortelãos que amanhiam os pomares e jardins peri-urbanos, até fortes comunidades fixadas nos vales e vertentes do interior, nas pastagens que já tinham alimentado o gado dos seus antepassados. Embora nem todos os habitantes fossem muçulmanos, visto haver na zona uma antiga tradição moçárabe ligada aos cen-

tos de peregrinação da Senhora da Rocha e do mosteiro de S. Vicente, não há dúvida que, aquando da submissão aos cavaleiros da Ordem de Santiago, em meados do século XIII, todos falavam o árabe que nesses tempos era a língua franca de todos os negócios. Em análise recente do dialecto falado no Barlavento algarvio, foi notada uma vocalização gutural do "a", que poderá ser atribuída a um arcaísmo relacionado com a língua árabe. Este fenómeno dialectal único no país, ao ter sido também assinalado no interior da serra, não é por conseguinte atribuível a contactos mais recentes com pescadores magrebinos (Amália Andrade, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - informação pessoal). Este facto linguístico é mais um argumento a favor das suspeitas de que os acordos de rendição do século XIII autorizaram uma permanência massiva dos vencidos.

Se depois da "Reconquista", em todo o Barlavento, os povoados comunitários da serra continuam a fornecer os açougues do litoral, os camponeiros e fruticultores a produzir os figos





e passas da exportação, os artesãos e pescadores a abastecer os mercados urbanos, porque não admitir que os barrotes de castanho não param de chegar aos estaleiros e que as "fustas" e naus prosseguiram as suas fainas de pesca, de corso e de comércio?

Se assim foi, somos levados a supor que nos portos de Silves, Lagos e Sagres deve ter permanecido a melhor e mais avançada elite do seu tempo de carpinteiros, calafates e navegadores. Desde o século XI que, de geração em geração, os pescadores deste grande golfo onde desemboca o Mediterrâneo foram aprendendo a dominar os ventos adversos e as quebras traçoeiras do Mar Tenebroso. Além dos contactos nunca interrompidos entre Málaga e Tânger, Sagres e Génova ou Tavira e Salé, já em inícios do século XIV veleiros rápidos começam a levar para as águas frias dos mares do Norte, o sal, o vinho e os frutos secos. Nos portos cosmopolitas do Barlavento, onde a espera de ventos de feição para dobrar o Cabo de São Vicente reunia as mais desvairadas gentes, estava a ser feita por essa altura a síntese tecnológica das tradições

navais mediterrânicas e biscaínhas que em breve iria permitir novas e mais arrojadas aventuras.

A Serra Algarvia, apesar de implantada entre as zonas mais romanizadas e muito perto de antigos e importantes centros urbanos do Mediterrâneo, não há dúvida que apresenta evidentes traços de arcaísmo nos espaços habitacionais, técnicas construtivas e hábitos culturais. O Algarve litoral, entretecido de apertadas vias terrestres e marítimas, forma um corpo autónomo com uma única ligação para norte: o rio Guadiana até Mértola. A este importante porto interior convergiam as calçadas de Beja e dos seus férteis barros, a via mineira de Aljustrel por Castro Verde e finalmente da margem esquerda uma outra ligação a Serpa e Aroche, passando pelas minas de S. Domingos. Enquanto nos portos e cidades da costa algarvia e na grande avenida fluvial do Guadiana circulavam exércitos, mercadores e produtos vindos de longas paragens, sobrepondo-se culturas nos complicados processos da romanização e depois, da islamização - nos agrestes barrancos da Serra persistem ilhotas de uma velha civilização agro-pastoril.

Submetendo-se ao ritmo dos ciclos anuais, pisando os trilhos poeirentos das longas canadas paralelas e certamente anteriores à Via da Prata, os pastores e os seus clãs familiares organizaram ao longo de milénios todo um vocabulário ornamental ligado à sua actividade. As incisões na madeira feitas à faca, desenhando complexos encadeados de losangos, estão talvez entre as mais antigas técnicas decorativas, cuja origem se perde no mesmo longínquo passado de onde vieram a roca e o cosselho que decoram. O mesmo sistema decorativo vai aplicar-se na tecelagem, com natural adaptação ao novo suporte, difundindo-se nas áreas tocadas pela veiculação transumante dos rebanhos, como é o caso da Beira Baixa, Serra de S. Mamede, Mértola - Castro Verde. As colchas de «carapulo» (repuxado) mantêm nestas zonas um certo ar de família, assim como alguns dos motivos principais das mantas de "riscas" e das "graves".

Além destes pontos de contacto encontramos inesperadas ligações com os princípios decorativos que regem algumas sociedades de campões e pastores berberes do Norte de África, tanto na sua decoração arquitectónica, como sobretudo nos seus trabalhos de tecelagem, madeira e barro.

Sente-se o mesmo ritmo decorativo nos entrançados da lã e nos traços de pincel que decoram a cerâmica, onde a «espiga com silva» e o losango balbuciam a mesma linguagem. Linguagem cujo vocabulário se perde no passado, tanto quanto a própria actividade que lhe deu forma. São os mesmos motivos, a mesma estrutura organizada em registos que envolvem o bojo de

grandes talhas vidradas para armazenar alimentos.

Quanto às mantas tradicionais da Serra Algarvia, podemos considerar a existência de dois sistemas decorativos, eles próprios ligados a duas espécies com funções diferentes. A manta de riscas naturalmente mais antiga, e popular, utilizada como abrigo de viagem e objecto de trabalho; e a manta grave, principalmente na sua variante mais conhecida por "montanhac", com funções mais decorativas e maior valorização social que lhe confere honras de altar nas belas iluminuras de Afonso X de meados do século XIII.

Tanto um género como outro entroncam, como vimos, em tradições semelhantes das serras norte-africanas, fazendo certamente parte de um mesmo e coerente conjunto morfológico. Contemporânea, temos uma outra linguagem decorativa que se filia nas mais longínquas volutas, curvas e contra-curvas, gregas e espirais, gavinhas e eras, difundidas em todo o Mediterrâneo alexandrino e depois romano que, num processo imparável de geometrização, cobriu o tardo-romano de círculos tangentes, secantes ou inscritos, num emaranhado de restas vegetalistas que tiveram o seu último momento no zóo e fito-morfismo da arte cordovesa dos séculos IX e X. Neste sábio e racional entrelaçar da decoração palatina de Medina Azara, vemos ainda a grande escola dos centros urbanos orientais do Mediterrâneo.

Podemos concluir na existência de uma provável ligação entre uma certa geometria decorativa com a sua técnica específica e os caminhos e áreas da pastorícia, que se destacam por uma extraordinária e teimosa manutenção de formas.



Haverá também antigos laços culturais da serra Algarvia com o Rif e seus contrafortes montanhosos. Além dos motivos ornamentais assinalados, encontramos restos linguísticos pouco estudados, estruturas arquitectónicas como as casas da serra Algarvia de uma só água, já notadas por vários autores peninsulares e entre eles, o geógrafo Orlando Ribeiro, que exprimiram o sentimento de um património de civilização comum aos dois lados do Estreito de Gibraltar. São laços que consideramos bem mais antigos que possíveis interferências provocadas pelas mitizadas invasões do século VIII, não sendo de admitir, como este autor defendeu, que estes e outros elementos comuns sejam apenas o resultado da «colonização de Berberes montaneiros».

Pensamos haver um fundo comum às duas margens do Estreito, que beneficiou de uma activação máxima no século XII com a entrada de tropas berberes sob os pendões

almorávidas e almóadas. Porém não é de considerar muito significativas estas novas influências, visto ter sido certamente insignificante a fixação de soldados em zonas inóspitas e já muito povoadas da serra. A sua colocação em pontos estratégicos e o desejo normal de sedentarização urbana eram bem melhor atractivo. Aliás, é durante os últimos dois séculos de civilização islâmica no sul de Portugal que se faz sentir uma forte influência das técnicas construtivas militares. De época almóada datam importantes amuralhamentos urbanos em taipa militar como Alcácer do Sal, Silves e Paderne e alguns elementos técnicos inovadores como as portas em engraço ou cotovelo.

CLÁUDIO TORRES,
Arqueólogo

A gaiola pombalina

A viabilidade na recuperação estrutural



Fig. 1 - Edifício Pombalino em estudo

INTRODUÇÃO

O processo de revitalização da Baixa Pombalina em Lisboa poderá passar pela reformulação funcional dos espaços e do seu programa. No entanto, esse processo abrangente não tem, obrigatoriamente, de colocar em causa a caracterização construtiva e arquitectónica dos edifícios. Após um breve passeio atento nas ruas da Baixa Pombalina, constata-se que esta noção não se tem revelado imperativa quando se levantam outras prioridades tendo em vista a optimização imobiliária, traduzindo-se com grande frequência na adulteração radical das soluções construtivas, visando a remodelação dos espaços interiores ou aumento indiscriminado de pisos sobre os pisos existentes, alterando, de forma irreversível, as condições de estabilidade da construção.

Naturalmente, essa visão não se compadece com os princípios construtivos originais dessas construções, compostas por uma gaiola portante interior de madeira constituída por paredes resistentes em frontal, paredes divisórias de tabique e paredes exteriores em alvenaria de pedra. Inevitavelmente, vão gradualmente escasseando as hipóteses de recuperação deste tipo de edifício, respeitando integralmente a sua concepção original.

O edifício em análise, que se encontra na tutela do Serviço de Finanças do Estado português, apresenta-se como uma excepção que interessa referir (fig. 1).

Como é sabido, a génese deste tipo de estrutura, onde predominam as denominadas "cruzes de Santo



Fig. 2 – Deformação da estrutura de suporte da escada



Fig. 3 – Pormenor de degradação de elementos de madeira de uma parede em frontal

André”, baseia-se na contribuição favorável da “gaiola” como entidade principal portante do edifício. Esta concepção original pretendia conferir ductilidade à estrutura, traduzindo-se numa elevada capacidade de amortecimento das vibrações impostas por um eventual sismo. Nessa medida, o processo de recuperação estrutural destes edifícios passará, de forma determinante, pela salvaguarda da sanidade dos elementos de madeira, das ligações mecânicas (continuidade) entre si e das ligações complementares às paredes exteriores e divisórias, preservando a ductilidade da solução geral, conferida pela resposta solidária dos elementos de madeira, com especial contribuição das “cruzes de Santo André”. A intervenção consistiu, em termos gerais, na identificação dos elementos irreversivelmente afectados, quer por ataque de xilófagos, deformações excessivas ou enfraquecimento das ligações mecânicas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O edifício em causa apresenta cenários patológicos importantes, patentes na degradação dos elementos atrás referidos (figs. 2 e 3). Numa primeira fase, foram identificados os cenários patológicos, feito o seu mapeamento, avaliada a sua extensão e seleccionadas as soluções possíveis e pouco intrusivas.

Com o intuito de resolver as questões prioritárias, a intervenção consistiu em medidas de preservação das madeiras, remoção de elementos degradados e substituição selectiva e ordenada por outros de madeira nova – desde as estruturas de pavimento (de suporte e de revestimento), próteses para substituição selectiva de entregas adulteradas em alvenaria, reparação de degraus em escadas e de elementos de suporte de paredes.



Fig. 4 – Parede em frontal antes da intervenção



Fig. 5 – Parede em frontal reconstruída

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A intervenção previu a execução dos seguintes trabalhos principais:

1. montagem dos escoramentos, adequadamente dimensionados, para suporte temporário e contenção de deformações, durante a fase de desmonte e posterior substituição selectiva;
2. desmontes e remoção de revestimento de piso, desmonte de peças degradadas da estrutura em cruz de Santo André (fig. 4), desmonte selectivo de degraus com madeira degradada;
3. reconstituição de gaiola existente em madeira (fig. 5);
4. substituição de vigamento de piso em madeira;
5. aplicação de próteses em zonas de entrega (fig. 6), para substituição de zonas críticas adulteradas por presença de níveis elevados de humidade e infestações de xilófagos;
6. regularização de pavimentos – correção de cotas para recepção de novo revestimento em placas de aglomerado de madeira-cimento;
7. aplicação de produto preservador em madeiras novas e antigas;
8. desmontagem de plataformas e escoramentos.

**LUÍS PEDRO MATEUS,
Eng.º Civil, Mestre em Construção,
Monumenta, Ld.^a**



Fig. 6 – Aplicação de prótese – substituição selectiva de entregas adulteradas

Igreja da Sr.^a do Carmo

Estudo para definição da metodologia de intervenção

Para uma reabilitação eficaz dos edifícios, o primeiro passo consiste na caracterização dos seus elementos estruturais quanto à sua geometria, constituição, disposição, resistência e estado de conservação, de modo a reunir-se a informação indispensável à elaboração de um projecto de reabilitação.

INTRODUÇÃO

A Igreja da Senhora do Carmo localiza-se na cidade de Lagos, junto à escola secundária Gil Vicente. A nave única em abóbada de berço, construída no século XVI, apresenta entrada por porta lateral e capela-mor rectangular, rematada por cúpula com lanternim. O coro alto e a sacristia constituem corpos distintos da construção, adjacentes respectivamente a sul da nave e a norte da capela-mor. As coberturas dos vários corpos da Igreja são em telhado assente sobre a cúpula na capela-mor, sobre a abóbada na nave e sobre estrutura de madeira no coro alto e na sacristia. Os cunhais exteriores, as molduras dos vãos e o arco do cruzeiro são em cantaria de pedra.

O edifício apresentava diversas anomalias, nomeadamente, deformação das paredes e da abóbada da nave, fendas, desligamento de paredes, infiltrações, entre outras anomalias que careciam de medidas correctivas que vieram a ser desenvolvidas num projecto de reabilitação e reforço. Para se reunir os elementos de suporte à elaboração do projecto, foi necessário realizar um levantamento construtivo e de anomalias incluindo ensaios de caracterização da resistência e estado de conservação dos elementos estruturais, tendo estes trabalhos sido cometidos à OZ, Ld.^a.



Fig. 1 - Vista geral de poente



Fig. 3 - Fractura e deformação da abóbada da nave



Fig. 2 - Vista geral da nave



Fig. 4 - Poço de reconhecimento das fundações da nave



Fig. 5 - Avaliação da integridade de elementos de madeira com Resistograph



Fig. 6 - Ensaio de macacos planos

METODOLOGIA

Levantamento construtivo e de anomalias

O levantamento construtivo, realizado com base nos desenhos do levantamento arquitectónico fornecido, consistiu na localização e identificação dos elementos estruturais e não estruturais do edifício, na caracterização desses elementos em termos geométricos e dos materiais constituintes. A informação foi recolhida com base na observação directa dos elementos construtivos e através de pequenas sondagens realizadas, por amostragem, em pontos considerados representativos do objecto em estudo. A definição da geometria da

secção dos elementos estruturais foi feita através de medições directas. Sobre os desenhos do levantamento arquitectónico foram ainda representadas as principais anomalias, tais como fissuras, manchas de humidade, destacamento de rebocos, entre outras.

Adicionalmente, foram ainda realizados os seguintes estudos/ensaios:

- levantamento topográfico de precisão da geometria da abóbada, paredes da nave e dos cunhais da Igreja;
- poços de reconhecimento das fundações das paredes da Igreja;

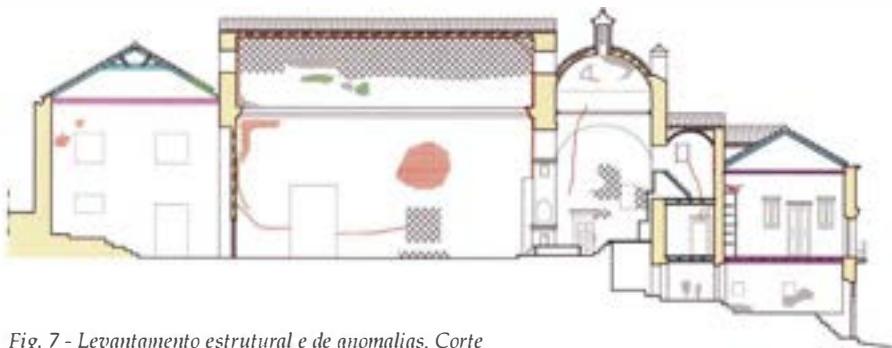


Fig. 7 - Levantamento estrutural e de anomalias. Corte

- reconhecimento geotécnico dos solos de fundação com ensaios de penetração dinâmica, SPT;
- caracterização das propriedades mecânicas das alvenarias através de ensaios de macacos planos;
- caracterização química das argamassas existentes nas paredes e abóbada através de análise mineralógica e granulométrica;
- caracterização física das argamassas existentes nas paredes e abóbada através de ensaios com o esclerómetro de pêndulo e de arrancamento de uma hélice;
- análise estrutural, com modelação das paredes do edifício, incluindo a abóbada, de forma a enquadrar as anomalias existentes e identificar as partes da construção, eventualmente, a reforçar.

Análise da informação recolhida

Da análise da informação recolhida e das considerações efectuadas, podem extraír-se as seguintes conclusões:

- Da pesquisa efectuada ressalta a idade do monumento, o seu inegável valor patrimonial, sendo de assinalar os abalos sísmicos a que já terá resistido, e de lamentar o estado de degradação em que se encontrava.
- As principais anomalias estruturais existentes na nave, nomeadamente fendas e deformações, concentravam-se sobretudo na abóbada, nas paredes de topo e na parede poente, enquanto no corpo da sacristia as fendas se manifestavam com especial incidência no piso superior, na fachada norte.
- Os resultados do levantamento topográfico evidenciavam desaprumos importantes, na parede norte da sacristia e na parede poente da nave. O fecho da abóbada da nave

evidenciava um abatimento significativo na zona central.

- As coberturas apresentavam-se de um modo geral bastante degradadas, com presença de abundante vegetação parasita e infiltrações, com especial incidência no coro alto, zona onde algumas das entregas dos vigamentos apodreceram causando ruína localizada da cobertura.
- No interior da Igreja observavam-se manchas de humidade nas paredes, colonizações biológicas e destacamento dos revestimentos da abóbada e paredes, promovidas pelas infiltrações provenientes das coberturas.
- Da análise do estudo geotécnico verificou-se que as paredes do edifício descarregam sobre lintéis de fundação constituídos por blocos calcários talhados, assentando directamente sobre solos incoerentes compactos a muitos compactos com valores de SPT de 43 a 60 pancadas.
- O contraste dos resultados, de avaliação do estado de tensão na zona interior e na zona exterior das paredes da nave, medidos através de macacos planos, evidencia um estado de tensão diferencial, mais elevado na zona exterior da parede.
- Dos estudos realizados sobre as argamassas pode referir-se que todas as amostras são semelhantes apresentando ligante de cal e areia de quartzo, com boa consistência interna e em bom estado de conservação.
- As anomalias estruturais observadas apresentam dever-se a ações sísmicas antigas associadas à falta de travamento dos elementos estruturais. As anomalias não estruturais observadas serão devidas à falta manutenção/conservação do imóvel, em virtude do excessivo tempo que o edifício esteve voltado ao abandono.

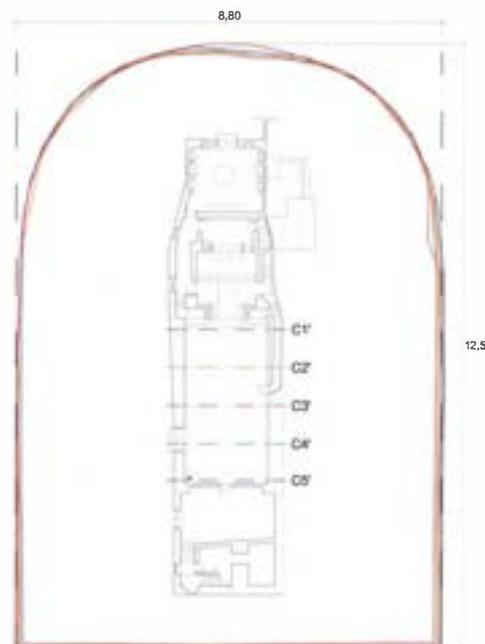


Fig. 8 - Avaliação das deformações das paredes e da abóbada da nave através de levantamento topográfico. Cortes verticais sobrepostos com planta de localização no centro

- Do estudo de análise estrutural concluiu-se que é urgente proceder a um conjunto de intervenções de reabilitação e reforço, nomeadamente, selagem de fendas com caldas de injecção, introdução de tirantes, reforço das nascentes, em alvenaria de pedra, com pregagens e reforço/reconstrução do troço abatido da abóbada.
- Adicionalmente, propôs-se, ainda, o refechamento das juntas abertas das cantarias, a limpeza das cantarias, remoção da vegetação parasitária das paredes e coberturas, reparação de rebocos degradados, incluindo a aplicação de novo revestimento por caiação em paredes interiores, exteriores e abóbadas de alvenaria de tijolo e a reabilitação das coberturas deterioradas.

Como medidas preventivas urgentes foi recomendada a aplicação de uma cobertura provisória e a introdução de escoramento da abóbada da nave. Na sequência deste estudo foi, entretanto, elaborado um projecto, também a cargo da OZ, Ld.^a, e realizada a obra de reabilitação e reforço.

TIAGO RIBEIRO,
Engenheiro Civil,
OZ, Ld.^a

O Regime dos Trabalhos a Mais

Novo Código dos Contratos Públicos

Como referido no anterior número da *Pedra & Cal*, toda a matéria de contratação pública, passará a partir de meados 2008, a ser regida por um novo diploma intitulado o "Código dos Contratos Públicos", que disciplinará matérias cujo regime se encontra disperso por diversos diplomas.

O "Código dos Contratos Públicos" (de agora em diante CCP) procederá à transposição das Directivas Comunitárias 2004/17CE e 2004/18CE e revogará os Decretos-lei n.os 59/99, 223/2001 e 197/99 que regulam as matérias de empreitadas de obras públicas, aquisição de bens móveis e serviços e realização de despesa e contratação públicas.

Dedicaremos o presente e o próximo número da *Pedra & Cal* à análise, naturalmente sumária, do regime dos trabalhos a mais e dos erros e omissões no novo Código da Contratação Pública. Procuraremos efectuar tal análise, recorrendo ao método comparativo com o regime plasmado na actual legislação, ou seja, no Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas (de agora em diante RJEOP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/99, de 02/03.

Como é sabido, no RJEOP existe um mecanismo de controlo do aumento dos custos das empreitadas de obras públicas, previsto no art.º 45º, sob a epígrafe "*controlo de custos das obras públicas*", de acordo com o qual, em caso algum o valor acumulado dos trabalhos a mais, erros e omissões, alterações ao projecto e indemnizações a pagar pelo dono de obra, poderá exceder 25% do valor do contrato de empreitada de que são resultantes.

Acresce a isto, o facto de se o valor acumulado de trabalhos a mais com erros e omissões do projecto ultrapassarem 15% do valor do contrato



ou € 5.000.000,00, o dono de obra tem de obter autorização para essa despesa junto do órgão competente mediante proposta devidamente fundamentada e instruída com um estudo realizado por entidade externa e independente.

Para além dos 25% só com recurso a novo procedimento concursal que o valor da despesa obrigar, como refere o Tribunal de Contas em abundante jurisprudência, sendo motivo de recusa de visto e como tal de ineficácia financeira do contrato.

Vejamos, então, o que se passa no CCP.

No art.º 366.º do projecto do CCP, com a epígrafe "Trabalhos a mais", estes são definidos como *"aqueles cuja espécie ou quantidade não conste do contrato e que, cumulativamente: se tenham tornado necessários à execução da mesma obra na sequência de uma circunstância imprevista; não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem graves inconvenientes para o dono da obra; ou, embora podendo ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato, sejam estritamente necessários à sua conclusão"*. Até aqui não existem novidades, pois, estes requisitos,

que funcionam de forma cumulativa (e não alternativa), já são exigidos pelo actual art.º 26.º do RJEOP.

E, nos termos do n.º 2 do art.º 366.º só pode ser ordenada a execução de trabalhos a mais quando se verifiquem, também cumulativamente, as seguintes condições:

- O contrato ter sido celebrado com recurso a um dos procedimentos previstos nas várias alíneas do n.º 1 do art.º 2 que são os procedimentos admitidos no CCP para a escolha da entidade a contratar (ajuste directo, negociação, diálogo concorrencial, de concurso público, concurso limitado por prévia qualificação);
- Quando o contrato tenha sido celebrado na sequência de concurso público ou de concurso limitado por prévia qualificação, o anúncio do concurso ter sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no caso de o somatório do preço atribuído aos trabalhos a mais com o preço contratual ser igual ou superior a € 6.242.000,00;
- O preço atribuído aos trabalhos a mais, somado ao preço de anteriores trabalhos a mais e deduzido do preço de quaisquer trabalhos a menos, não exceder 5% do preço contratual;
- O somatório do preço atribuído aos trabalhos a mais com o preço de anteriores trabalhos a mais e de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões não exceder 50% do preço contratual.

Relativamente aos requisitos referidos nas alíneas a) e b), o previsto na alínea a) era dispensável, pois, naturalmente, o regime dos trabalhos a mais só se aplica quando o co-contratante for escolhido através duma das modalidades previstas no Código para a sua escolha, as quais são obrigatórias para as entidades públicas. Não existem outras formas de escolha dos co-contratantes que não sejam a previstas no Código. Logo, só nesses casos poderá

ser exigido ao co-contratado privado, trabalhos a mais. As entidades públicas e os agentes económicos perceberão-lo-iam sem que fosse necessário o legislador dizê-lo. Já o previsto na alínea b) faz todo o sentido, dado que se a obra tiver valor igual ou superior a € 6.242.000,00, haverá lugar a publicação obrigatória de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia. O legislador "esqueceu-se", no entanto, de lhe juntar o valor dos erros e omissões, os quais, só por si, podem inflacionar o valor da obra até 50%. Não se percebe por isso que tenha de haver publicação de anúncio no JOUE quando há trabalhos a mais que podem ir até 5%, mas não exista tal obrigatoriedade relativamente aos erros e omissões que podem atingir 50%.

As "novidades" estão mesmo nas alíneas c) e d), que contêm os limites para os trabalhos a mais e para estes somados com os erros e omissões, ou seja:

1. O limite de 25% dos trabalhos a mais do actual regime **cai** para os 5%. No novo regime, apenas poderá haver 25% de trabalhos a mais, quando estejam em causa obras cuja execução seja afectada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimas-portuárias e as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis;
2. O limite de 25% de inflacionamento do preço da obra resultante da soma de trabalhos a mais com erros e omissões **sobe** para 50%. Estamos em crer que o legislador foi aqui influenciado por obras como as dos túneis da Baixa Lisboeta e do Marquês.

Relativamente ao limite dos 50% no inflacionamento do preço com a soma dos trabalhos a mais e erros e omissões, foi uma opção do legislador, que não será muito consentânea como o propósito manifestado de controlar as "derrapagens" nas obras públicas, mas que se percebe e se crê inserido num regime mais apertado de reclamação de erros e omissões. É que, como se abordará no próximo número da revista, em sede de erros e omissões, o legislador faz cair sobre o empreiteiro o ónus de os denunciar, com consequências bastante nefastas para este quando não o faça nos momentos previstos na lei, que poderão no limite implicar ter o empreiteiro que executar as obras de suprimento de erros e omissões integralmente à sua custa.

Quanto aos 5%, são naturalmente exígios, pelo que, havendo trabalhos a mais que tenham de ser realizados, terá que o dono da obra que prescindir de trabalhos que entenda menos necessários, pois, os 5% resultam da diferença entre os trabalhos a mais e os trabalhos a menos. A lei não obriga a que a substituição só possa ser efectuada entre trabalhos da mesma espécie, contrariamente, àquele que é o actual entendimento do Tribunal de Contas em face do actual RJEOP. ☐

A. JAIME MARTINS, Docente Universitário,
Advogado-sócio de ATMJ - Sociedade de Advogados; RL
a.jaimemartins@atmj.pt



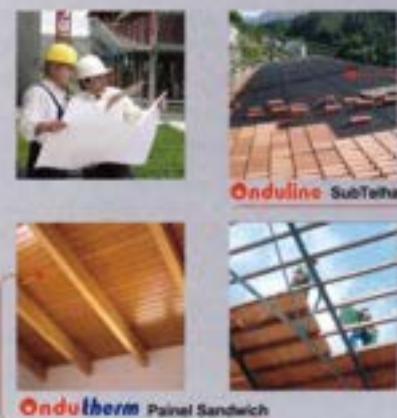
Onduline Sub-Telha, contribui para a protecção divina do seu telhado

Onduline
ROOF SYSTEMS

SUB TELHA • PAINEL SANDWICH

Onduline SubTelha: Sistema de impermeabilização de coberturas (revestidas a telha cerâmica) económico e de fácil aplicação, que protege de forma segura e duradoura, sem alterar a estética das habitações e de acordo com a legislação em vigor para execução de coberturas.

Painel Sandwich Ondutherm: Elemento estrutural para execução de coberturas inclinadas. Constituído por uma face de aglomerado hidrófugo, núcleo de isolamento térmico em Poliestireno Extrudido e acabamento variado (madeira, gesso, etc). Comercialização feita em painéis standard de 2500x600mm, com várias espessuras dos seus componentes que poderão ser alterados de forma a satisfazer as necessidades específicas de cada obra.



Linha directa dpt. técnico ONDULINE
info@onduline.pt www.onduline.pt

Onduline

Onduline Portugal, SA

Rua das Lages, 524 • 4410-272 Canelas VNG

Telefone 227 151 230 • Fax 227 123 788

Projecto de cooperação científica e cultural luso-marroquino

La nécessité de créer des synergies entre les communautés académiques est une des priorités pour l'étude scientifique du patrimoine luso-marocain. Ainsi, un nouveau projet de recherche, où participent des investigateurs portugais et marocains, prétend enrichir la connaissance concernant l'héritage partagé entre le Portugal et le Maroc, moyennant un abordage interdisciplinaire, pariée sur l'innovation et la divulgation de résultats.

Tendo em conta o estado lacunar do conhecimento histórico sobre o relacionamento entre portugueses e marroquinos no Norte de África e o imenso património subsistente deste processo, entenderam investigadores do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Minho desenvolver um projeto de investigação intitulado “**Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)**”. Este teve por base uma parceria com instituições locais, nomeadamente a *Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de l'Université Chouaib Doukkali e a Direction Régionale de Culture de la Province de Doukkala*, ambas sediadas em El Jadida, a antiga Mazagão portuguesa (1514-1769).

O campo de investigação centrar-se-á, pois, nas antigas posições lusas de Azamor, Safim, Santa Cruz do Cabo de Guer, Mogador, Mazagão e Aguz, não só por ter sido aí que a presença portuguesa foi mais duradoura, como por se ter revestido de facetas mais diversificadas, sendo também o espaço menos estudado. Privilegiar-se-ão as seguintes estratégias de actuação:

- Pesquisa, inventário, estudo e divulgação do património subsisten-



te deste processo nas suas diversas vertentes: por um lado, fontes escritas, iconográficas e cartográficas; por outro, legado arquitectónico e arqueológico;

- Troca de informação entre investigadores portugueses e marroquinos e com a comunidade científica internacional em geral;
- Fomento de laços académicos entre instituições internacionais, a fim de assegurar a continuidade dos trabalhos e o estímulo aos estudos pós-graduados baseado no intercâmbio de investigadores e alunos.

Neste âmbito consideram-se as seguintes sete acções, onde se incluirão as principais tarefas a executar durante o triénio 2008-2010:

1. Investigação histórica em arquivos portugueses, marroquinos, espanhóis, franceses, ingleses e italianos, procurando reunir em base de dados

toda a documentação disponível sobre o tema.

2. Publicação bilingue de fontes manuscritas inéditas de reconhecido valor científico e cultural.
3. Edição digital da colectânea “Fontes para o estudo da história luso-marroquina”, reunindo em fac-símile um conjunto de obras fundamentais para o tema há muito esgotadas.
4. Edição de estudos sobre o tema, em línguas de divulgação internacional, nomeadamente uma monografia sobre Azamor e uma tese de doutoramento (Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI).
5. Realização de encontros científicos internacionais, dando continuidade e alargando o formato dos recentes três colóquios de história luso-marroquina realizados nos últimos três anos.
6. Levantamento topográfico e arquitectónico da medina de Azamor, sobretudo a vila atalhada portuguesa, um instrumento fundamental para o seu estudo, salvaguarda e valorização.
7. Investigação arqueológica na cidade de Azamor, através de missões no terreno, procurando cumprir objectivos simultaneamente científicos e patrimoniais.



A Era-Arqueologia, S.A. foi fundada em 1997, orientando a sua actividade para a actuação nas áreas da Arqueologia, Conservação e Restauro e Gestão de Património.

Os dez anos de experiência acumulada permitiram-nos desenvolver ferramentas que nos ajudam a conhecer e antecipar problemas visando implementar as melhores soluções. A nossa chave para controlar o Futuro começa no diagnóstico de cada situação e na capacidade de análise e gestão de projectos.

A nossa empresa assume, em toda a sua actuação, veicular valores de qualidade, respeito, transparência e empenho relativamente aos projectos dos nossos clientes. Assim, contribuímos para a sua satisfação e para o conhecimento, salvaguarda e valorização do Património Histórico-Arqueológico.

Este objectivo é assumido numa perspectiva de crescente acessibilidade por parte dos cidadãos aos bens patrimoniais e a tudo aquilo que se relacione com as noções de memória colectiva.

ERA,
ARQUEOLOGIA

CONSERVAÇÃO
GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Era Arqueologia, S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada;
Dafundo; Portugal
Telefone: + 351 214 209 750
Fax: + 351 214 209 755
www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt





Como reconstituir pedra degradada (granito) em vãos de janelas, resultado da perda de coesão das superfícies expostas, com descascação de partes da superfície, sem passar pela sua substituição?

Relativamente à questão colocada de "reconstrução de pedra granítica degradada", parto do pressuposto que se tratará possivelmente de fenómenos de desintegração granular/arenização, que são muito comuns neste tipo de rochas. Pela descrição, esta patologia parece estar associada igualmente à formação de placas/plaquetas ("descascação de parte das superfícies"). Relativamente a este último aspecto, e em função da extensão do fenômeno, poder-se-á pensar em duas soluções: (1) sanear as zonas em risco de desprendimento (convivendo portanto com estas perdas) ou (2) procurar colar esses elementos em destaque (caso a caso), recorrendo a resinas epoxídicas específicas, existentes no mercado. Quanto à pedra que manifesta perda de coesão, pode-se pensar uma solução de consolidação das superfícies. Claro está que para que esta solução funcione, é necessário garantir que a desintegração que se observa não decorre da presença de sais solúveis. Pela descrição que é feita nada é referido de existência de "salitre" ou manchas periódicas nas superfícies pétreas que possam indicar a presença de sais solúveis e higroscópicos.

A consolidação tem como objectivo aumentar a coesão e adesão dos constituintes da pedra, por modificação da sua estrutura porosa, por forma a que o material consolidado se torne mais resistente às agressões ambientais, sejam elas de natureza física, mecânica ou química.

De entre as diferentes intervenções levadas a cabo para a conservação da pedra, a consolidação constitui, certamente, uma das que tem sido alvo de maior número de estudos, pelo facto de ser uma intervenção de risco e constituir um tema de enorme controvérsia. No entanto, o que a prática demonstra é que poucos têm sido os casos de



Fig. 1 - Igreja dos Terceiros da Ordem de São Francisco (Porto). Formação de plaquetas no granito

sucesso com a sua aplicação, e que subsistem ainda muitas dúvidas e incertezas quanto à sua utilização. É uma acção irreversível cujo desempenho a longo prazo raramente pode ser garantido e cujos efeitos laterais negativos são frequentes.

O produto consolidante a aplicar deve, não só, penetrar no seio da pedra alterada, como também na parte sã, por forma a evitar a formação de interfaces constituídas por materiais com comportamentos mecânicos/térmicos distintos (que funcionariam como se de dois tipos de materiais se tratassesem). Não deve também modificar a cor e brilho da pedra, nem facilitar a "instalação" de elementos nocivos, nem modificar de forma drástica a permeabilidade ao vapor de água (devem permitir a "respiração" da rocha). Na medida do possível, deve permitir a retratabilidade do material pétreo.

A reversibilidade ou, pelo menos, a execução de intervenções que não comprometam futuras intervenções é de difícil ou impossível respeito em acções de conservação que incluem aplicação de produtos de tratamento, particularmente do tipo consolidante.

O êxito de um tratamento deste género depende da profundidade de penetração alcançada e da distribuição do produto no interior da pedra.

A prática, a nível nacional e internacional, aponta para a utilização de silicatos de etilo quando estão em jogo rochas silicatadas, como é o caso das rochas graníticas. Após hidrólise e condensação, os silicatos originam sílica coloidal que é depositada no interior da estrutura porosa. As moléculas de sílica apresentam afinidade química com os minerais silicatados e portanto apresentam boa compatibilidade com rochas que apresentam composição silicatada.



Amélia Dionísio,
Laboratório de Mineralogia e Petrologia
do Instituto Superior Técnico

Nota

As fotografias foram gentilmente cedidas pela aluna de Mestrado em Conservação e Restauro, Bruna Pereira de Oliveira.

Fig. 2 - Igreja da Lapa (Porto). Fenómenos de arenização do granito

O GECoRPA constituiu um grupo técnico de apoio para tentar responder a questões práticas que surjam durante as diferentes fases do trabalho de conservação do património e da reabilitação do edificado.

Este grupo de apoio é constituído pelos Engenheiros Carlos Mesquita, da OZ, Ld.^a (área de diagnóstico), Vítor Cóias, do GECoRPA (área estrutural), Paulo Ludgero Castro, da A. Ludgero Castro, Ld.^a (área de gessos e estuques ornamentais) e Maria Amélia Dionísio, do Instituto Superior Técnico (IST), para questões relacionadas com a pedra. Estes especialistas responderão às questões que os nossos leitores encontram nas diversas fases de um trabalho de conservação e reabilitação do património arquitectónico e das construções antigas, dando o seu parecer e concorrendo, assim, para a boa prática da actividade. Para outras questões que não estejam directamente relacionadas com estas áreas, o GECoRPA encarregar-se-á, dentro do possível, de procurar o especialista indicado para responder aos nossos leitores.

Envie as suas questões para:
Consultório GECoRPA

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.^o • 1050 - 170 Lisboa • info@gecorpa.pt • Fax: 213 157 996

Nota: As respostas devem ser enviadas directamente via e-mail e, posteriormente, serão publicadas na *Pedra & Cal*.

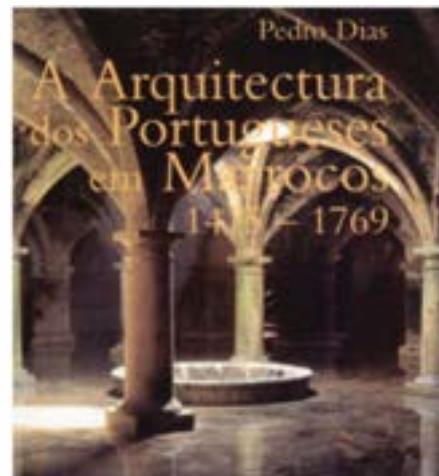
Comissão Científica Internacional da Arquitectura e Urbanismo Coloniais Partilhados (ICOMOS)

Tendo sido fundada em 1998, é uma das comissões especializadas do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios. Estuda o património construído por iniciativa de uma nação, mas que actualmente se situa no território de outra nação. Embora este tipo de património possa ser denominado, para simplificar, de colonial, abrange diversos exemplos de construções situadas em locais que nunca foram formalmente colónias, como é o caso do património construído por iniciativa portuguesa em Marrocos.

MBC

A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769

Este é o título do livro escrito pelo Professor Pedro Dias e publicado em 2000, que obteve o prémio Gulbenkian de História da Arte, em 2002. A viagem inicia-se em Ceuta, passa por Alcácer Ceguer, Tânger, Arzila, Mamora, Azamor, Mazagão, Safi e termina em Aguz. É feito o retrato do esforço dos portugueses para conquistar e manter posições estratégicas (arquitectura militar), para evangelizar os marroquinos (igrejas e conventos) e para comerciar (arquitectura civil). Ao longo do tempo, os vestígios da presença portuguesa foram desaparecendo e, hoje em dia, já pouco resta, embora a memória persista e um dos locais mais emblemáticos, a



Cidade Portuguesa de Mazagão, tenha sido incluído na lista do património mundial.

MBC

Correios de Portugal e Marrocos lançaram emissão filatélica conjunta



Os Correios de Portugal e de Marrocos fizeram em Setembro uma emissão filatélica conjunta. Os selos desta nova coleção ilustram os vestígios da troca de influências entre ambos os países aquando do domínio muçulmano no chamado

Al Andalus, durante a Idade Média, e da ocupação portuguesa em Marrocos, entre os séculos XV e XVIII. Esta emissão é constituída por dois selos, com valores de 30 e 75 céntimos, que ilustram, respectivamente, a Torre de Menagem de Arzila, *ex-libris* da presença portuguesa na cidade



marroquina entre 1471 e 1550, e o Castelo de Silves, o maior castelo da região algarvia, construído no século VIII e unanimemente considerado como o mais belo exemplar da arquitectura militar islâmica em Portugal.

MBC

A Fundação Calouste Gulbenkian e o património português em Marrocos

Criada em 1956, a Fundação Calouste Gulbenkian tem tido um papel de relevo na preservação de alguns vestígios significativos da presença portuguesa no mundo. Em Marrocos, a Fundação já procedeu à recuperação da Torre de Menagem de Arzila, construída em 1509 e par-

cialmente destruída pelo terramoto de 1755, cuja obra foi concluída em 1994. Procedeu ainda ao estudo com vista à preservação da Catedral portuguesa de Safi, cuja obra ainda não foi iniciada. Nestes projectos, o apoio obedece aos seguintes critérios: não é a Fundação que toma a

iniciativa, mas sim as autoridades locais, que pedem assistência à Gulbenkian; uma parte dos custos é suportada pelo país no qual se encontra o monumento; e a gestão dos bens recuperados é sempre assumida pelas autoridades locais.

MBC

APFAC organizou 2.º Congresso Nacional de Argamassas de Construção

A Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas de Construção (APFAC) realizou, em 22 e 23 de Novembro de 2007, o 2.º Congresso Nacional de Argamassas de Construção, que registou um sucesso assinalável e de grande importância para a consagração das Argamassas Fabris na Construção Portuguesa. Registaram-se cerca de 260 participantes, contribuindo para esse total um elevado número de autores brasileiros, destacando-se Arnaldo Carneiro (Professor da Universidade de Pernambuco), Vanderley John (Professor da Universidade de São Paulo) e Fábio Campora (Presidente da ABAI, Associação Brasileira de Argamassas Industrializadas). Outro país com elevado número de representantes foi a Espanha. Angola esteve representada por Resende Nsambu (Professor da Universidade Agostinho Neto).



**3º CONGRESSO
PORTUGUÊS
DE ARGAMASSAS
DE CONSTRUÇÃO**
LISBOA - 2010

SOB A ÉGIDE DA ENERGIA

Os oradores convidados enfatizaram 4 eixos de importância determinante para as Argamassas do século XXI:

- **Reabilitação**, tema nobre do Congresso: Vítor Cóias, Engenheiro Civil, em representação do GECoRPA;
- **Aproveitamento de resíduos na fabricação de Argamassas**: Geoffrey Allen, Professor da Universidade de Bristol, UK;
- **Regulamentos da EU para a preservação do Ambiente**: Tommy Bisgaard, Engenheiro Químico em representação da EMO, European Mortar Industry Organization;

- **Cooperação "Universidade-Fabricantes-Construtores"**: Vanderley John, Professor da Universidade de São Paulo, Brasil.

O próximo congresso realizar-se-á em 4 e 5 de Março de 2010, havendo uma ligeira alteração na designação para melhor identificar o país organizador.

Desta vez, além dos temas habituais (idênticos aos do 2.º Congresso) dar-se-á ênfase à importância da **Energia nas Argamassas de Construção**, na sua dupla abordagem:

- Formulação de Argamassas: reduzindo o seu conteúdo energético;
- Desempenho das Argamassas: contribuindo favoravelmente para o balanço energético dos edifícios, pela melhoria do seu comportamento térmico.

Brevemente, toda a informação constará no sítio www.apfac.pt.

MATERIAIS & SERVIÇOS



Onduline lança sistema ECO-Telhado

A capacidade de investigação e o elevado conhecimento das realidades construtivas, permitiram à Multinacional Onduline apresentar soluções para Coberturas Inclinadas comprovadamente eficazes e ecologicamente sustentáveis.

O sistema ECO-TELHADO é constituído por materiais derivados de madeira* com elevada capacidade de isolamento térmico, isolamento acústico, ventilação e de impermeabilização.

A simplicidade do sistema, a rápida aplicação e as vantagens inerentes a cada um dos produtos traduzem-se em coberturas que se encontram de acordo com os projectos mais exigentes e com preocupações ambientais.

*madeiras provenientes de florestas geridas de forma sustentável e de resíduos de serragens.

Sistema constituído por (de cima para baixo):

a) Ripa de pvc ou de madeira tratada Onduline; b) Ventilação e isolamento de humidades: Placas de SubTella Onduline; c) Isolamento térmico-acústico composto por fibras de madeira Onduline – NOVIDADE EM PORTUGAL; d) Membrana barreira pôr-vapor Onduline; e) Aglomerado estrutural de madeira osb Onduline.

Notícias da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS

A nova Direcção do ICOMOS-Portugal, eleita em 23 de Março de 2007, criou um sítio de internet para divulgar as suas actividades (<http://icomos.fa.utl.pt>) e tem e-mail (icomos@fa.utl.pt). Foi ainda criado o Centro de Documentação na sede, que poderá ser utilizado por qualquer interessado, mediante marcação prévia. Após um período de organização interna, o ICOMOS-Portugal deseja agora angariar novos membros entre os profissionais da conservação e restauro do património construído e ter um papel activo na salvaguarda deste património, incluindo os bens integrados ou candidatos à lista do património mundial. Em Setembro de 2008 realizar-se-á a 16.^a Assembleia-Geral internacional na cidade do Québec (Canadá) e o tema deste encontro “**Consevar o espírito do lugar**” será também o mote da reflexão da assembleia-geral nacional programada para Abril.

A Comissão Portuguesa foi fundada em 1980 e tem como objectivo divulgar os princípios éticos de intervenção em monumentos e sítios com valor histórico-cultural. A nova sede do ICOMOS-Portugal é na FAUTL, sala 4.1.2, Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

MBC

Portugal Património dez volumes de rigoroso inventário

O Círculo de Leitores iniciou a publicação, em Fevereiro 2007, do seu “maior investimento editorial (...) até hoje”, os dez volumes de Portugal Património, da autoria de Álvaro Duarte de Almeida e Duarte Belo. Foram identificadas e inventariadas cerca de 60.000 unidades de



património, das quais aproximadamente 9.000 foram desenvolvidas em pormenor. A investigação durou oito anos e produziu 600.000 fotografias, sendo publicadas 8.000. Os bens inventariados são apresentados no livro com base na localização cartográfica.

MBC

**Inovação
Certificação
Garantia**

DBF
Diamantino Braga Francisco, Lda.

Rua dos Castanheiros, 11 Boa Vista
2420 - 415 LEIRIA - PORTUGAL
Tel: +351 244 723 720 - Fax: +351 244 723 040
email: geral@lena.pt - www.lenaportugal.pt

Cursos de Especialização Tecnológica da FRESS

A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, através da Escola Superior de Artes Decorativas e do Instituto de Artes e Ofícios, oferece os cursos de especialização tecnológica em Conservação e Restauro de Madeira e Mobiliário, Conservação e Restauro de Pintura sobre Madeira, Conservação e Restauro de Pintura Mural, e Conservação e Restauro de Estuques Decorativos, todos no âmbito da reabilitação urbana. Os cursos têm uma carga horária de 1386 horas distribuídas durante três semestres, incluindo estágio prático de 450 horas. O objectivo é a formação de técnicos especialistas em práticas de conservação e restauro que possam actuar na preservação, conservação e restauro.

Informações:

Calçada de São Vicente, 38, 1100-569, Lisboa
Tel.: (351) 21 8814681/94
E-mail: esad.geral@fress.pt | iao.geral@fress.pt
www.fress.pt



Workshop Da arqueologia e engenharia dos materiais: a análise estrutural do navio de madeira

7 a 13 de Abril de 2008, no Convento da Arrábida, em Beja, e em Peniche

Workshop internacional Ásia/Europa organizado pelo IGESPAR através da Divisão de Arqueologia Náutica e Sub-aquática, em colaboração com a Universidade de Wuhan da República Popular da China. Subordinado ao tema "From Ming dynasty Chinese naval gigantism to universal physics in a seaway (structural analysis of ancient modern boats in Ásia and Europe)".

Informações:

IGESPAR
Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa
Tel.: 213 614 200 - Fax: 213 637 047
E-mail: ippar@ippar.pt
www.ippar.pt

16.ª Assembleia Geral e Simpósio Internacional do ICOMOS

De 29 de Setembro a 5 de Outubro de 2008, realizar-se-á a trienal assembleia e simpósio do Conselho Internacionais dos Monumentos e dos Sítios, desta vez na cidade do Québec (Canadá). O tema: "Conservar o espírito do lugar" procura abordar os aspectos materiais e imateriais que caracterizam o património.

Informações:

www.international.icomos.org

International Workshop "In Situ Monitoring of Monumental Surfaces"

De 27 a 29 de Outubro de 2008, no Istituto per la Conservazione e la Valorizzazione dei Beni Culturali, Florença (Itália)

Informações:

Istituto per la Conservazione
e la Valorizzazione dei Beni Culturali - CNR
Via Madonna del Piano, 10
50019 Sesto Fiorentino, Italy
Tel.: +39 055 5225484
E-mail: secretariat@surfacemonitor.eu
www.surfacemonitor.eu



Pedra & Cal

10 anos
1999-2008

A Pedra & Cal celebra 10 anos

O ano de 2008 marca os dez anos de existência da *Pedra & Cal*. Nesta década de reflexão e defesa da prática da reabilitação, a revista evoluiu sem esquecer os compromissos e objetivos que motivaram a sua criação. Assim, a ideia de "preencher um vazio", nas palavras do director Vítor Círias, mostra-se como facto consumado, e à urgência de uma publicação neste âmbito seguiu-se a solidez de dez anos de trabalho ininterrupto. Por outro lado, a missão basilar de colaborar com a qualidade e a excelência da reabilitação confirma-se com a exposição de intervenções e a abordagem de problemáticas variadas, o que propicia uma troca de experiências assaz benéfica para as empresas e os profissionais da área. A evolução e busca pela excelência são pontos constantes na trajectória da publicação. Se inicialmente as atenções estavam voltadas para o património arquitectónico, hoje há uma abertura do leque de actuação da *Pedra & Cal*, que editou números dedicados a assuntos como o ambiente, os caminhos de ferro, a energia e os espectáculos. Desta forma, a diversidade que caracteriza a reabilitação foi expressa nos 36 números já editados.

Num contexto em que sustentabilidade é uma palavra-chave, mostrar que a conservação do património valoriza e se adequa ao crescimento, é uma das missões que a *Pedra & Cal* tem cumprido. Assim, e de forma a celebrar esta efeméride, o GECorpa criou um logótipo comemorativo.

RSB

Seminário do GECorpa em Marrocos

Realiza-se, a 6 de Março de 2008, o seminário: "Le Patrimoine Architectural d'Origine Portugaise au Maroc: Apports à sa Conservation". Promovido pelo GECorpa - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico e pelo IEHL - Institut des Études Hispano-Lusophones, discutirão questões sobre a conservação e o restauro do património arquitectónico, com ênfase nas construções de origem portuguesa em Marrocos. Pretende-se, com este seminário, fomentar uma breve reflexão sobre as carências da conservação do património arquitectónico de Marrocos, com especial incidência no património de origem portuguesa, e dar a conhecer as competências das empresas portuguesas que trabalham nesse sector. O evento tem como patrocinadora principal a Asment Temara SA, uma empresa do grupo Cimpor em Marrocos. Conta também com o patrocínio das empresas Monumenta



- Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.ª, e da OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Ld.ª, e com o apoio da Direcção do Património Cultural do Ministério da Cultura de Marrocos, da Embaixada do Reino de Marrocos em Portugal, do IGESPAR, I. P. - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., e da Jaime Ribeiro e Filhos, S. A.

O seminário irá realizar-se no Institut des Études Hispano-Lusophones, Av. Allal El Fassi, B. P. 6633 Madinat Al Irfane, na Université Mohammed V, em Rabat. As comunicações serão feitas em francês. Para mais informações consulte o sítio de Internet do GECorpa: www.gecorpa.pt/seminario_rabat/inscricao.html.

RSB

Prémio GECorpa 2008

Apresentação de candidaturas

O GECorpa anuncia a segunda edição do Prémio GECorpa de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico e convida os seus associados e outras empresas, que desenvolvam ação relevante nesta área, a apresenta-

rem candidaturas. De acordo com o Regulamento do Prémio, acessível em www.gecorpa.pt, as candidaturas deverão ser apresentadas até dia 31 de Março de 2008.

GECorpa nos Média

» EVOLUÇÃO DA INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO - NOVAS PRÁTICAS E NOVAS METODOLOGIAS

No último dia de Concreta, o GECorpa (Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico) promoveu o seminário "Evolução da Intervenção no Património - Novas Práticas e Novas Metodologias".

Nos anos mais recentes, o panorama da construção em Portugal tem vindo a sofrer alterações, pois aumentou a actividade do sector para as áreas da manutenção e da reabilitação das construções existentes, acompanhando as tendências há muito verificadas no resto da Europa. Esta modificação gradual coincide com a evolução dos conceitos de intervenção, aliada à utilização de novas metodologias. Com base nesta nova realidade, o seminário dirigiu-se a arquitectos, a projectistas, a profissionais das empresas de construção, de autarquias e de outras instituições.



GECorpa

Durante esta manhã, foram apresentadas quatro conferências "Evolução da Intervenção no Património - Novas Práticas e Novas Metodologias. Da carta de Veneza à carta de Cracóvia", "Estudo de Caso: A Evolução das Práticas e das Técnicas no Reforço de Arcos Abatidos", "A evolução da prevenção nas intervenções de reabilitação de património arquitectónico" e "Intervenções no património arquitectónico e arqueológico classificado na região Norte".

In Revista "Materiais de Construção"

GECoRPA promoveu 1.º Encontro

No passado dia 9 de Novembro de 2007 teve lugar, no auditório do Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, o 1.º Encontro Ibérico das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. Fruto de uma iniciativa conjunta do GECoRPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, e da ARESPA - Asociación Española de Empresas de Restauración del Patrimonio Histórico, teve como tema os **"Sucessos e dificuldades da prática da conservação arquitectónica na Península Ibérica"**, e contou com a presença de membros de órgãos do Estado, assim como de empresários do sector.

A troca de experiências incluiu um balanço do actual contexto em cada um dos países. Filipe Ferreira, membro da direcção do GECoRPA, expôs o quadro de crise vivido pelo sector da construção civil. Segundo o orador, estamos num momento diferenciado do padrão até então verificado, existindo actualmente uma crise com uma dinâmica mais lenta. Filipe Ferreira expôs a discrepancia existente entre a crise portuguesa e o crescimento da restante Europa. Ressaltou, ainda, a possibilidade de recuperação da economia portuguesa, apostando no turismo e na esfera produtiva.

No que diz respeito ao caso espanhol, Gonzalo Rey Lama, da ARESPA, explicitou a dependência que as empresas de restauro têm em relação ao Estado. Este financia 87 por cento das obras de restauro, restando apenas uma fatia demasiado pequena para os privados. Num quadro de certezas e incertezas, o orador ponderou sobre a capacidade restrita das reivindicações profissionais e da relação directa entre as dificuldades das empresas e dos próprios monumentos.

Outro dos aspectos abordados no Encontro foi o da clarificação da qualificação dos técnicos. Cristina Castro Lopo, do IGESPAR, chamou a atenção para a existência de legislação variada que faz referência à qualificação dos quadros. No entanto, esta qualificação carece de pre-



Auditório do Museu Nacional de Etnologia, onde decorreu o 1.º Encontro Ibérico

Filipe Ferreira, GECoRPA



Gonzalo Rey Lama, ARESPA

Cristina Castro Lopo, IGESPAR



1.º Encontro Ibérico das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

1.º Encuentro Ibérico de Empresas de Conservación y Restauración del Patrimonio Arquitectónico



O 1.º Encontro Ibérico encerrou com uma Mesa Redonda constituída pelos Presidentes do IGESPAR, Elísio Summaville, e do GECoRPA, Vítor Coias, e por Gonzalo Rey Lama, da ARESPA. O debate foi moderado pelo Arqº José Aguiar.

cisão, fazendo com que não haja suporte legal para a definição.

Cristina Castro Lopo criticou ainda a falta de especificidade no enquadramento do património construído. Este, ao ser classificado junta-

mente com os edifícios, deixa de transparecer a sua natureza particular, o que tem uma implicação directa na deficiente promoção da qualificação de quadros e das empresas.

Ibérico de Empresas

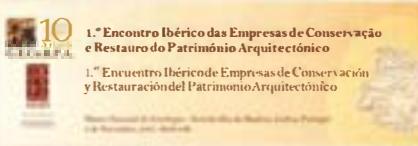
O presidente do GECoRPA, Vítor Cóias, defendeu a necessidade de um outro paradigma de certificação profissional. Segundo o orador, as empresas e as associações profissionais e empresariais deveriam ter um papel activo na certificação profissional, em contraposição à actual prática, na qual o processo cabe apenas ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional. A existência de uma estrutura de qualificação dos recursos humanos constituirá o ponto de partida para um sistema de qualificação das empresas. Concretizando, Vítor Cóias apresentou o Sistema de Qualificação GECoRPA.

As duas associações pretendem repetir o encontro de dois em dois anos, alternadamente em Lisboa e Madrid. Destacam-se, em seguida, as principais conclusões, elaboradas por Gonzalo Rey Lama, da ARESPA e Vítor Cóias, do GECoRPA:

1. Existe em Portugal e em Espanha um número elevado de empresas que se dedica às várias actividades envolvidas pela conservação do património arquitectónico, com dimensão, especialização e qualificação muito variáveis, originando um tecido empresarial heterogéneo e economicamente frágil. O sector da conservação tem sido relegado para uma posição quase marginal dentro do sector geral da construção;

2. Apesar da sua reduzida dimensão e das limitações do seu segmento de actividade, as empresas de conservação portuguesas e espanholas são, de todos os agentes que intervêm no património, os que "põem a mão" sobre o monumento ou edifício histórico, com o que tal representa de responsabilidade no resultado final dos trabalhos;

3. Destacou-se a necessidade de unificar critérios face às consequências muito negativas que podem resultar das novas directivas europeias de



contratação, em casos, por exemplo, como o da classificação das empresas, das situações em que tal classificação é dispensada, etc.;

4. Quer em Espanha, quer em Portugal, o investimento na conservação do património é manifestamente insuficiente. Este facto é particularmente notório em Portugal, em resultado das actuais restrições ao investimento público, justificadas pela necessidade de controlo do défice orçamental do Estado;

5. Algumas das comunicações apresentadas e o subsequente debate permitiram fazer uma comparação da regulamentação do mercado em Portugal e em Espanha. A situação em Portugal é mais desfavorável, sendo a "Lei dos alvarás" demasiado permissiva em termos da qualificação específica das empresas desta área;

6. Na generalidade, os factores qualidade da proposta e qualificação da empresa têm ponderação mais favorável nos critérios de adjudicação em Espanha do que em Portugal, tendo, neste segundo país, o factor preço um peso considerado excessivo;

7. As novas leis espanhola e portuguesa da Contratação Pública mantêm a sua "ignorância" das peculiaridades do sector da conservação do património. A possibilidade de adjudicar obras até determinados valores sem exigência de classificação específica, ignora o facto de que, em média, as obras de conservação não atingem tais valores. A possibilidade de se adoptar método idêntico para adjudicar por procedimento negociado, é outra expressão da falta de consideração da especificidade do sector da conservação;

8. Quer em Portugal, quer em Espanha, é notória a carência de mão-de-obra adequadamente qualificada, ao nível dos profissionais operários, sobretudo no uso dos materiais e processos de construção tradicionais. Torna-se imprescindível uma formação específica destes operários, que, fundamentalmente, deve incluir a proporcionada em contexto de obras de conservação;

9. A carência de uma adequada qualificação faz-se também sentir ao nível dos engenheiros e dos arquitectos, os primeiros demasiado centrados no betão armado, os segundos demasiado vocacionados para a "obra de autor", uns e outros insuficientemente sensíveis ao valor das construções do passado e pouco proficientes nas técnicas construtivas antigas. Torna-se imprescindível incorporar a história e a técnica da conservação e restauro nos planos de estudo de arquitectos e engenheiros que se dediquem ao património;

10. As empresas espanholas e portuguesas desta área de actividade consideram também muito necessária a clarificação das qualificações dos especialistas na conservação e restauro de bens móveis;

11. A exigência de uma maior qualificação constituirá um estímulo para uma maior especialização por parte das empresas e dos profissionais, e contribuirá para uma maior eficácia, eficiência e durabilidade das intervenções de conservação do património e para o aumento do valor acrescentado deste segmento de actividade;

12. Confiar a conservação do património a agentes sem a necessária qualificação é pôr em risco bens culturais que sustentam a nossa identidade e cuja salvaguarda e transmissão aos vindouros é dever da presente geração.

RSB

Património arquitectónico português em Marrocos

Histórias da nossa História

Costa Atlântica Marroquina, 1505.

Aquela extensão infindável de areia não era, na opinião de João Lopes de Sequeira, um sítio solitário. "Desembarcou na praia, olhou em redor de si. Viu uma nascente borbulhante (...) a um tiro de pedra da praia. Eis assegurado o abastecimento de água (...) nesse ponto João Lopes resolveu construir o seu fortim, com o mar a quebrar-lhe à porta (...) montou um forte "pré-fabricado" que o rei lhe emprestara e dispôs artilharia em volta. A seguir construiu muralhas de pedra (...) e assim (...) surgiu a praça-forte de Santa Cruz"⁽¹⁾ no Algarve d'álém-mar, "Terra do Sol poente". Mais tarde, fartíssimo das incursões berberes, João Lopes haveria de revender o seu forte de volta a D. Manuel, recuperando o seu "investimento imobiliário".

É uma aventura quixotesca que tem de especial não se poder ter passado em nenhum outro lado. Por contraposição, nessa mesma altura Thomas More descrevia as aventuras - no lado de lá do Atlântico - do português Rafael Hitlodeu (curiosamente também ele ao serviço de D. Manuel I) que, ao viajar com Vespuílio, deu de caras com a cidade Utopia, com toda a sua carga de organização pragmática e ordem divina.

Os portugueses sempre souberam adaptar-se a um território de extremos como é Marrocos: setenta por cento etnia árabe, o restante berbere (metade da população com idade inferior a 15 anos) e uma imensidão de território (metade Sahara). Marrocos é hoje uma monarquia constitucional islâmica, governada a partir de Rabat por Mohammed VI, onde as ruínas de antigas fortalezas e vestígios de casario subsistem como testemunhos da ocupação portuguesa.

O site da Embaixada de Portugal (www.ambportugal.ma) identifica o património histórico de origem portuguesa como o conjunto edificado entre 1458 (conquista de Alcácer Ceguer) e 1769 (retirada de

Mazagão), dividindo-se em três subconjuntos, distribuídos pelo litoral do país: Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer (no Norte); Mazagão e Azamor (no Centro); Safim e Aguz (no Sul).

Este património encontra-se em relativo abandono mas em vias de recuperação graças a parcerias que se têm vindo a desenvolver entre vários organismos. A Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) financiou estudos sobre Mazagão e Safim e a recuperação da torre de menagem de Arzila, que hoje está classificada, e em 1998 foi efectuada, pelo LNEC, uma peritagem às fundações do "Castelo do Mar", que permitiu a sua posterior consolidação. Também no decurso da IX Cimeira Luso-Marroquina, realizada em Abril de 2007 em Rabat, foram assinados a Convenção entre a FCG e o MC de Marrocos para a Reabilitação do centro histórico de Safim e um acordo cultural entre o governo Português e o de Marrocos, que prevê a intensificação dos contactos com vista à criação de um museu luso-marroquino em Mazagão, actual El Jadida. Mazagão foi ocupada pelos Fenícios e já o cartaginês Hannon, em 650 a. C. escreve sobre esta cidade, a que Ptolomeu chama Rusibis. Último bastião português com a sua deslumbrante cisterna Manuelina, foi classificado pela UNESCO e é um símbolo paradoxal da nossa presença no Norte de África. Em 1769, pondo fim a esta epopeia, a cidade é destruída e abandonada por decreto do pragmático Marquês de Pombal, que não morria de amores por histórias de cavalaria.

A gesta marroquina foi um acumular destas histórias. As capitaniadas passavam frequentemente de pai a filho. Os Noronhas, os Meneses de Ceuta, os Coutinhos de Arzila e tantas outras famílias contribuíram para a nostalgia que ainda hoje domina o imaginário popular de portugueses e marroquinos sobre as fortalezas perdidas nos desertos do Algarve d'álém-mar. Para

conservar o que resta é fundamental que as novas gerações voltem a compreender as histórias da nossa História e não fiquem somente pelo "velho" D. Sebastião. Não pode deixar de nos sensibilizar ouvir que ainda hoje, habitantes da pequena cidade de Erfoud, considerarem portuguesa a autoria de algumas gravuras pré-históricas ou que seja dado como seguro que o castelo de Aguz se tenha edificado numa só noite, com pedras trazidas de Portugal (ver site www.almadevajante.com).

Para dar o exemplo, termino com um relato português da época, muito ao gosto de Cervantes. "Deu-se uma terrível caçada ao leão perto de Arzila (...) O alarido despertou um leão corpulento e feroz, que lançou olhares de fogo aos cavaleiros (...) O conde de Borba atirou a lança, mas a fera voltou-se enfurecida e tê-lo-ia derrubado, se o primo, D. João de Meneses se não houvesse interposto entre os dois (...) O animal enterrou as garras assassinas no ombro do homem. Ao mesmo tempo o jovem filho do conde, D. João Coutinho, avançou de súbito, «Alarga vilão»⁽²⁾, brandou (...) O bruto, largando a presa, virou-se a ele e com um golpe da pata abriu-lhe um rasgão na perna da coxa para baixo, ao mesmo tempo que estripava o cavalo. Soou então um rugido como o do próprio leão, quando o conde de Borba arremeteu em socorro do filho (...) O animal internou-se nos pântanos, deixando os dois Joões estendidos num lago de sangue."⁽³⁾ Talvez fosse um prenúncio do muito sangue que ainda haveria de correr na Batalha dos Três Reis.

NOTAS

⁽¹⁾ SANCEAU, Elaine. *Castelos em África*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1961, pp. 238-239.

⁽²⁾ RODRIGUES, Bernardo: *Anais de Arzila*. Tomo I, p. 405.

⁽³⁾ SANCEAU, Elaine. *Castelos em África*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1961, pp. 143-144.

**ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto**

NOVIDADES



Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos - Técnicas Pouco Intrusivas

Autor: *Vitor Coias*

O presente livro foi feito a pensar nos engenheiros, arquitectos e outros profissionais do sector da construção envolvidos em intervenções de reabilitação de edifícios antigos. O objectivo é colocar à disposição desses técnicos um conjunto de conhecimentos destinados a facilitar a aquisição, projecto e fiscalização dessas intervenções, particularmente das que são ditadas por considerações estruturais. A ênfase é posta na abordagem pouco intrusiva, isto é, aquela que visa permitir que as obras se façam com o mínimo de alteração do modelo construtivo e estrutural original. Para além dos benefícios em termos da preservação da autenticidade e da integridade tecnológica dos edifícios - particularmente relevante naqueles que constituem património arquitectónico - esta abordagem conduz, também, a uma redução

dos recursos materiais necessários e a uma minimização do impacto da obra quer sobre o ambiente urbano (menor alteração da textura urbana, menos escavações, menos transporte de materiais) quer sobre o ambiente natural (menos materiais extraídos, menor gasto de energia, menor produção de entulhos).

Ao longo de seis anexos põe-se à disposição do leitor e utente um vasto conjunto de informação complementar: um glossário dos termos utilizados em reabilitação, exemplos de cálculos de verificação estrutural, cartas, declarações e outros textos relevantes para esta área, uma proposta de sistema de classificação das empresas executantes das intervenções, condições técnicas especiais para os cadernos de encargos e fichas com características dos materiais utilizados na reabilitação. Dada a sua extensão, quatro destes seis anexos são fornecidos em suporte digital, no CD que acompanha este livro.

Edição: GECoRPA / Argumentum
Preço: € 45,00 - 10 % desconto - € 40,50
Código: GE.M.2



Seminário "Reabilitação de Construções: em que ponto estamos?", Tektónica 2007

Autor: *Vários Autores*

A presente versão, em CD-ROM, edita as comunicações apresentadas no Seminário "Reabilitação de Construções: em que ponto estamos?", que teve lugar na Tektónica 2007.

Em Portugal, a importância do segmento da Reabilitação no sector da Construção tem sido manifestamente modesta, inferior à média europeia. Contudo, o estado em que se encontra uma parte significativa dos edifícios (com valor muito diversificado enquanto património arquitectónico) obriga a intervenções urgentes e profundas, a desenvolver nos próximos anos, para lá da simples cosmética de fachada.

Esta oportunidade, imperdível para o País, é da máxima importância para os Actores da Construção, num horizonte em que a Construção Nova se encontra em declínio.

O GECoRPA e a APFAC organizaram este Seminário pretendendo dar ênfase, através de casos exemplares, à Reabilitação em geral e ao papel das Argamassas Fábris.

Edição: GECoRPA
Preço: € 20,00
Código: GE.CDR.7



Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação do claustro / Jerónimos Monastery: the conservation intervention of the cloister

Autor: *Vários Autores*

A presente edição dedica-se ao projecto de conservação do claustro do Mosteiro dos Jerónimos, ícone da nossa Arquitectura, bem cultural de toda a humanidade. Na sequência da intervenção anteriormente efectuada na Torre de Belém, e fruto do empenho e competente esforço de promoção e coordenação da Associação World Monuments Fund - Portugal (WMF - P), à qual se associou o IPPAR, todo o trabalho efectuado mobilizou um assinalável esforço de investigação, apresentado nesta obra.

Edição: IPPAR
Preço: € 30,00
Código: I.P.E.14



Desenhar a Luz / Designing Light

Autor: *Vários Autores*

Reunindo experiências, projectos e diferentes formas de pensar sobre a luz, o livro propõe um exercício de "lateral thinking" sobre esse elemento fundamental, a luz, raramente tratado na produção teórica associada à arquitectura, ao urbanismo, à engenharia, ao paisagismo ou ao design. Da observação dos seres vivos luminescentes à criação de novos modos de conceber a interacção entre a matéria e a luz - a luz dentro da matéria, a luz transformando a matéria, a luz agindo sobre a matéria - os resultados podem ser surpreendentes: nas paisagens em transformação, nos espaços com dimensões imateriais, na dinamização urbana, na cenografia, na arte.

Edição: FAUP
Preço: € 19,05
Código: FAUP.EN.2

Outros títulos à venda na Livraria GECoRPA

Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa



Autor: *Xavier Greffe*
Edição: GECoRPA
Preço: € 10,00
Código: GE.E.1

Manual de Educação em Património Arquitectónico



Autores: *Vitor Coias, Catarina Valença Gonçalves (texto); João Carlos Faria, Marcos Oliveira (ilustrações)*
Edição: GECoRPA
Preço: € 10,00
Código: GE.M.1

Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem



Autor: *Leonor Fadigas*
Edição: Edições Silabo
Preço: € 15,00
Código: SIL.E.1

Manual de Segurança - Construção, Conservação e Restauro de Edifícios



Autor: *Abel Pinto*
Edição: Edições Silabo
Preço: € 29,90
Código: SIL.M.1

Sobre as origens da perspectiva em Portugal



Autor: *João Pedro Xavier*
Edição: FAUP
Preço cartonado: € 59,00
Preço brochado: € 37,50
Código: FAUP.EN.1

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt



G.E.Co.R.P.A.



CD-ROM *Pedra & Cal* 5 Anos (1998 - 2003)

Assinatura anual da Pedra & Cal



N.º 32, Out./Nov./Dez. 2006
Preço: € 4,48
Código: P&C.32

N.º 33, Jan./Fev./Mar. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.33

N.º 34, Abr./Mai./Jun. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.34

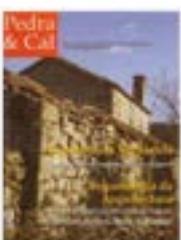
N.º 35, Julho/Ago./Set. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.35



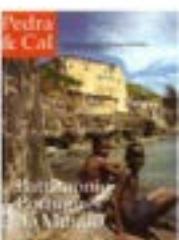
N.º 23, Julho/Ago./Set. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.23



N.º 24, Out./Nov./Dez. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.24



N.º 25, Jan./Fev./Mar. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.25



N.º 28, Out./Nov./Dez. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.28

Promoção de 4 números da Pedra & Cal à sua escolha

Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 13 da Pedra & Cal encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM *Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)*, à venda na Livraria GECoRPA. Os números 25, 26 e 27 estão de momento indisponíveis.

Nota de Encomenda

Nome	Endereço				
Código Postal	Localidade	Telefone	Fax		
N.º Contribuinte	e-mail				
Associado do GECoRPA (10% de desconto) <input type="checkbox"/>	Actividade / Profissão				
Assinante da "Pedra&Cal" (10% de desconto) <input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/> CD-ROM <i>Pedra & Cal, 5 anos - (1998-2003)</i> , pelo preço de € 35,00, acrescendo € 1,20 de portes de envio. <input type="checkbox"/> Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio. <input type="checkbox"/> 4 números à escolha da P&C pelo preço de € 3,50 cada, acrescendo € 3,64 de portes de envio. Envie-me os números <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>					
Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)
					Total: euros
Junto cheque n.º		sobre o Banco		no valor de euros, à ordem do GECoRPA	
Data		Assinatura			

Consulte a Livraria Virtual do GECoRPA em
www.gecorpa.pt
onde poderá encontrar estes e outros livros

(*) Os descontos não são acumuláveis nem aplicáveis aos números da *Pedra&Cal* já publicados.

(**) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70.

Quanto aos números da *Pedra&Cal* já publicados, os portes de correio fixam-se em € 1,20. Para mais informações, consulte as Condições de Venda na Livraria Virtual.

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECoRPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq., 1050-170 Lisboa.

GRUPO I**Projecto,
fiscalização
e consultoria**

A. da Costa Lima, Fernando Ho,
Francisco Lobo e Pedro Araújo
- Arquitectos Associados, Ld.^a
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação
e renovação de construções antigas.
Estudos especiais



BETAR
ESTUDOS
E PROJETOS DE
ESTABILIDADE, LDA

Betar - Estudos e Projectos
de Estabilidade, Ld.^a
Projectos de estruturas e fundações
para reabilitação, recuperação
e renovação de construções
antigas e conservação e restauro
do património arquitectónico.



O futuro em perspectiva segura.
LEB - Projectistas, Designers
e Consultores em Reabilitação
de Construções, Ld.^a
Projecto, consultoria e fiscalização
na área da reabilitação
do património construído.



PENGEST - Planeamento,
Engenharia e Gestão, S. A.
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação,
recuperação e renovação de
construções antigas. Gestão,
Consultadoria e Fiscalização.

GRUPO II
**Levantamentos,
inspecções
e ensaios**

ERA - Arqueologia - Conservação
e Gestão do Património, S. A.
Conservação e restauro de estruturas
arqueológicas e do património
arquitectónico. Inspecções e ensaios.
Levantamentos.



Diagnóstico
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas e Fundações, Lda.

OZ - Diagnóstico, Levantamento
e Controlo de Qualidade
de Estruturas e Fundações, Ld.^a
Levantamentos. Inspecções e ensaios
não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III
**Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros**

A. Ludgero Castro, Ld.^a
Consolidação estrutural.
Construção e reabilitação de edifícios.
Conservação e restauro de bens
artísticos e artes decorativas:
estuques, talha, azulejaria,
douramentos e policromias murais.



Alfredo & Carvalhido, Ld.^a
Conservação e restauro do património
arquitectónico. Conservação
e reabilitação de construções antigas.



Alvenobra - Sociedade
de Construções, Ld.^a
Reabilitação, recuperação e renovação
de construções antigas.



CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Amador - Construção Civil
e Obras Públicas, Ld.^a
Conservação, restauro e reabilitação
do património construído
e instalações especiais.

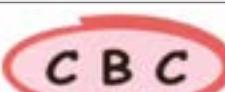


Augusto de Oliveira
Ferreira & C^a, Ld.^a
Conservação reabilitação de edifícios.
Cantarias e alvenarias. Pinturas.
Carpintarias.



Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.

BEL - Engenharia e Reabilitação
de Estruturas, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação
e renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



Construções Borges & Cantante, Lda

Construções Borges & Cantante, Ld.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação
de construções antigas.

ASSOCIADOS GECoRPA



COPC - Construção Civil, Lda.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação
de construções antigas. Recuperação
e consolidação estrutural.



Cruzeta - Escultura e Cantarias,
Restauro, Lda.^a
Conservação e reabilitação
de construções antigas. Limpeza
e restauro de cantarias, alvenarias
e estruturas.



CVF - Construtora
de Vila Franca, Lda.^a
Conservação de rebocos e estuques.
Consolidação estrutural. Carpintarias.
Reparação de coberturas.



Edifer Reabilitação, S. A.
Construção, conservação
e reabilitação de edifícios.



L.N. Ribeiro Construções, Lda.^a
Construção e reabilitação.
Construção para venda.



MIU - Gabinete Técnico
de Engenharia, Lda.^a
Construção, conservação
e reabilitação de edifícios.
Conservação e reabilitação
de património arquitectónico.
Conservação de rebocos
e estuques e pinturas.



Monumenta - Conservação
e Restauro do Património
Arquitectónico, Lda.^a
Conservação e reabilitação
de edifícios. Consolidação estrutural.
Conservação de cantarias
e alvenarias.



NaEsteira - Sociedade de
Urbanização e Construções, Lda.^a
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação
e renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



Poliobra - Construções Civis, Lda.^a
Construção e reabilitação de
edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre - Construções, S. A.
Construção de edifícios.
Reabilitação. Consolidação
estrutural.



Sociedade de Construções
José Moreira, Lda.^a
Execução de trabalhos especializados
na área do património construído
e instalações especiais.



Sofranda - Empresa
de Construção Civil, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e
renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



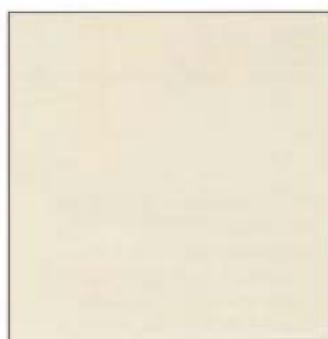
Somafre - Construções, Lda.^a
Construção, conservação
e reabilitação de edifícios.
Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



Somague - Engenharia S. A.
Serviço de Engenharia Global
- Obras Públicas e Construção Civil.



STAP - Reparação, Consolidação
e Modificação de Estruturas, S. A.
Reabilitação de estruturas de
betão. Consolidação de fundações.
Consolidação estrutural.



GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais



ONDULINE – Materiais de Construção, S. A.
Produção e comercialização de materiais para construção.

Robbialac

Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Lda.

Tecnocrete – Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Lda.
Produção e comercialização de materiais para a reabilitação.

Para mais informações acerca dos associados GECoRPA, das suas actividades e dos seus contactos, visite a rubrica "associados" no nosso sítio www.gecorpa.pt

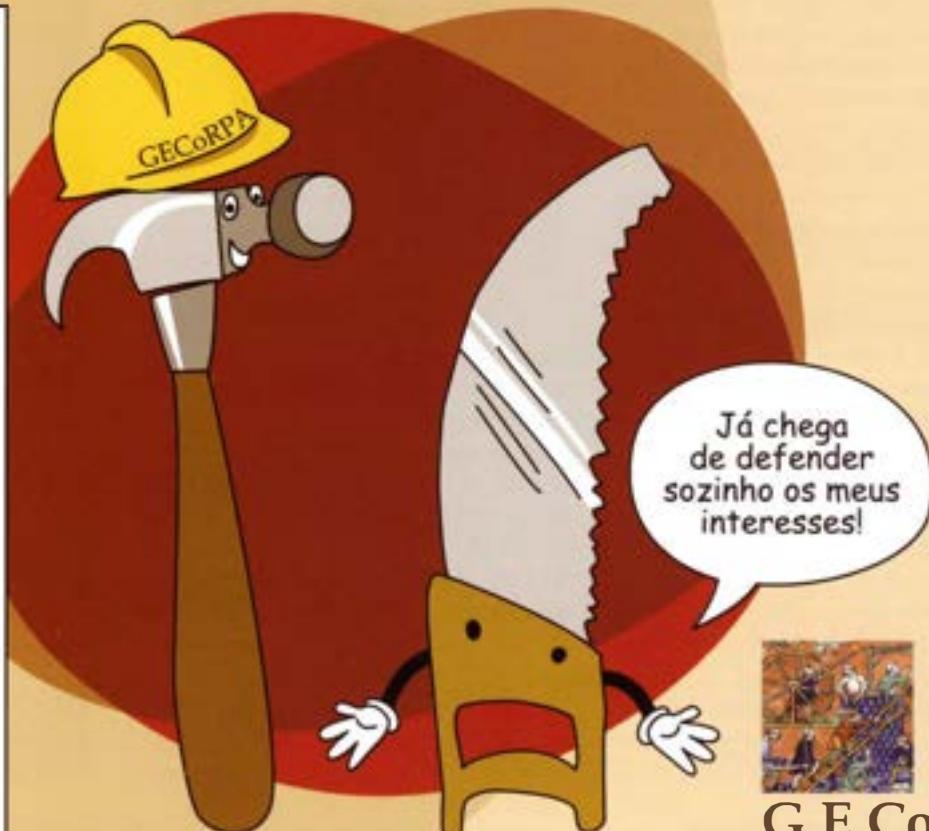
TRAGA UM NOVO ASSOCIADO!

A representatividade e a actuação do GECoRPA assenta nos seus Associados.

Não basta que sejamos bons, é preciso que sejamos muitos!

O GECoRPA pretende agrigar empresas de conservação, restauro e reabilitação do património construído. Não só da construção, mas também do projecto, consultoria, instalações especiais...

Associe-se ao GECoRPA, ou, no caso de já pertencer ao nosso Grémio, traga um novo associado e contribua para o fortalecimento desta associação empresarial.



10
anos
1997-2007
G.E.Co.R.P.A.

Associativismo e defesa do património

Nos primeiros anos da década de 80 a defesa do património galvanizou milhares de portugueses, tendo-se constituído nessa época muitas dezenas de associações locais, de norte a sul do país. Sob o lema "Nada de elites cultas, mas um povo cultivado", foi em 1981 fundada em Braga a FADEPA - Federação das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural.

A realização de três congressos em anos sucessivos - 1980, 81 e 82 - respectivamente em Santarém, Braga e Torres Vedras, mostra a vitalidade de deste movimento, que, logo no primeiro encontro, reuniu 51 associações e grupos de defesa do património de todo o país, juntando 142 participantes e 44 propostas, moções e recomendações.

A existência de grupos e associações locais com esta finalidade não era inédita entre nós. Basta lembrar, por exemplo, o Clube dos Fenianos, no Porto, o grupo Pró-Évora, dinamizado por Túlio Espanca em meados do século passado e o grupo dos Amigos de Lisboa, fundado em 1936 por figuras como Norberto de Araújo, Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo.

O que era inédito, isso sim, era o carácter ao mesmo tempo cultural e popular que o movimento assumia e, por via disso, o amplo protagonismo da sua acção. Tudo isso possível por vir no seguimento das grandes mobilizações populares após o 25 de Abril, quando o processo chamado de "normalização democrática", começando a deixar desocupados muitos activistas de base, os encaminha para o associativismo social e cultural. A *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e*

associações de defesa do património cultural e natural

2º encontro nacional



Braga, 9-12 abril 1981

zação de encontros e publicação de revistas e estudos monográficos. Das largas dezenas então organizadas, a maior parte terá desaparecido ou esmorecido na sua acção. Mas algumas sobreviveram e outras foram entretanto constituídas, entre as quais algumas que tenho acompanhado mais de perto - a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, o Centro de Arqueologia de Almada e a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. Desenvolvendo estas entidades actividades assinaláveis nos respectivos campos de actuação, a APAC - que celebra agora o seu 24.º aniversário - distingue-se pelo carácter exemplar do seu trabalho. Com a publicação de um boletim trimestral, contendo extensas e pormenorizadas informações - muito para além do seu objecto específico - esta associação caracteriza-se também pela organização regular de encontros, projectos educativos e de animação e ciclos de estudo temáticos, e ainda de um programa intenso de visitas e viagens de estudo, que têm levado os associados a terras tão distantes como "Lisboa dentro" e o Extremo Oriente.

Toda esta actividade, tão exuberante quanto culta, que se deve à forte liderança de Francisco Sousa Lobo, que foi capaz de congregar um voluntariado numeroso e multiforme, aí está como um excelente exemplo do que o associativismo é capaz de fazer no campo do estudo, da divulgação, da animação e da defesa do nosso património.

**NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto**



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

1. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
2. EMBAIXADA DA SUIÇA
3. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
5. EDIFÍCIO DE COMÉRCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
6. CAPELA NA BASE AÉREA N°1 - SINTRA
7. EMBAIXADA DA ALEMANHA
8. EPCOS COPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
9. MERCEDES-BENZ - SINTRA



1



2



3



4



5



6



7



9



8

Se a sua área é a Reabilitação...

10 bons motivos para a sua empresa se associar ao GECoRPA

1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

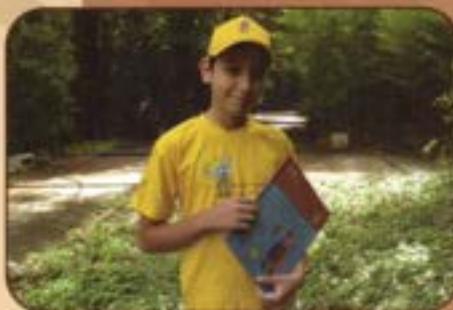
3 PUBLICAÇÕES

Revista Pedra & Cal. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECoRPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista Pedra & Cal, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da Pedra & Cal. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.

6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECoRPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECoRPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECoRPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECoRPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.

